



PREFEITURA DE
PORTO VELHO

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ano-base 2017

PPA PLANO
PLURIANUAL
2014 - 2017



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Prefeito do Município de Porto Velho
Hildon de Lima Chaves

Vice Prefeito
Edgar Nilo Tonial

Secretário Geral de Governo
Luiz Fernando Martins

Controlador Geral do Município – CGM
Boris Alexander Gonçalves de Souza

Procurador-Geral do Município – PGM
José Luiz Storer Júnior

Secretário Municipal de Administração – SEMAD
Alexey da Cunha Oliveira

Secretário Municipal de Fazenda – SEMFAZ
Luiz Fernando Martins

Secretário Municipal de Integração – SEMI
Robson Damasceno Silva Júnior

Subsecretário Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalhos - SEMDESTUR
Júlio César Siqueira

Subsecretário Municipal de Agricultura e Abastecimento - SEMAGRIC
Francisco Evaldo de Lima

Subsecretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento - SEMA
Robson Damasceno Silva Júnior

Secretária Municipal de Esportes e Lazer – SEMES
Ivonete Gomes da Silva Costa

Secretário Municipal de Educação – SEMED
Marcos Aurélio Marques

Secretário Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Serviços Básicos SEMISB
João Chrisóstomo de Moura

Subsecretário Municipal de Obras e Pavimentação
Diego Andrade Lage

Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos
Wellem Antônio Prestes Campos

Secretário Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes – SEMTRAN
Carlos Henrique da Costa

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG
Luiz Guilherme Erse da Silva

Secretário Municipal de Saúde – SEMUSA
Orlando José de Souza Ramires

Secretário Municipal de Assistência Social e da Família – SEMASF
Claudinaldo Leão da Rocha

Secretária Municipal de Desenvolvimento Fundiário, Habitação e Urbanismo - SEMUR
Márcia Cristina Luna

Presidente da Fundação Cultural de Porto Velho
Antônio Ocampo Fernandes

Superintendência Municipal de Licitação - SML
Patrícia Damico do Nascimento Cruz

Superintendente Municipal de Gastos Públicos - SGP
Valéria Joviânia da Silva

Empresa de Desenvolvimento Urbano – EMDUR
Thiago dos Santos Tezzari

Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM
Ivan Furtado de Oliveira

Câmara dos Vereadores
Presidente
Maurício Fonseca Ribeiro Carvalho de Moraes

HILDON DE LIMA CHAVES

Prefeito do Município de Porto Velho

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

JOSÉ CANTÍDIO PINTO

Secretário Adjunto

AUGUSTO CÉSAR NASCIMENTO PEREIRA

Diretor do Departamento de Planejamento Orçamentário

Equipe Técnica

Francisco das Chagas Maia de Souza

Jéssica de Oliveira Lopes

Maria Stela Carvalho Mascarenhas

Paulo Tadeu Marques de Carvalho

Rosane da Silva Cruz

Organização

Ivo de Oliveira Costa Júnior

Karla Silva Postiglione

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Departamento de Planejamento e Orçamento

Rua Abunã, 2625, Liberdade

Telefones: (69) 3901-3120

CEP.: 76.820-332

Porto Velho (RO)

Home Page: www.portovelho.ro.gov.br

Apresentação	5
Sumário Executivo	6
Segmento Governança	6
Secretaria Geral de Governo	6
Departamento de Defesa Civil	7
Superintendência Municipal de Licitação	8
Coordenadoria Municipal de Tecnologia da Informação, Comunicação e Pesquisa	9
Segmento Instrumental	9
Secretaria de Administração	9
Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão	10
Controladoria Geral do Município	11
Procuradoria Geral do Município	13
Secretaria Municipal de Fazenda	14
Segmento Econômico	15
Secretaria Municipal de Integração	15
Subsecretaria Municipal da indústria, Comércio, Turismo e Trabalho	15
Subsecretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento	16
Segmento Social	16
Secretaria Municipal de Educação	16
Secretaria Municipal de Saúde	17
Secretaria Municipal de Assistência Social e Família	20
Segmento Cultural, Esporte e lazer	21
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	21
Fundação Cultural de Porto Velho	22
Segmento Urbanismo, Habitação e Ambiente	23
Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo	23
Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	24
Segmento Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos	25
Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos	25
Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos	25
Subsecretaria Municipal de Obras e Pavimentação	25
Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte	26
Administração Indireta	26
Empresa de Desenvolvimento Urbano	26
Instituto de Previdência e Assistência do Município de Porto Velho	27
Cenário Fiscal	33

A Prefeitura do Município de Porto Velho, por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPOG, em observância a determinação legal contida no artigo 6º da Lei Municipal n.º 2.114, de 18 de dezembro de 2013 (PPA 2014-2017), tem a satisfação de apresentar à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia o Relatório Anual de Avaliação relativo ao exercício 2017, último ano do Plano Plurianual 2014-2017, tendo em seu conteúdo o balanço dos resultados obtidos no ano pela implementação das políticas públicas contidas nos programas temáticos do plano plurianual então vigente..

O relatório destina-se também aos munícipes, pois se reveste da qualidade de instrumento de prestação de contas, relativamente à aplicação dos recursos aferidos dos contribuintes pelo Governo Municipal, além de auxiliar na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação anual (LOA), visando a alocação mais racional possível dos recursos financeiros disponíveis, dirigidos à melhoria do padrão e qualidade dos bens e serviços disponibilizados à população.

As avaliações aqui contidas foram organizadas a partir de informações fornecidas pelas unidades setoriais responsáveis pela execução direta dos objetivos e metas de cada programa definido na Lei Orçamentária Anual – LOA / 2017, com as considerações pertinentes aos principais resultados das políticas públicas implementadas.

Neste contexto, o relatório ora disponibilizado se consubstancia como importante instrumento de transparência e de controle pela sociedade, servindo de subsídio para o planejamento de ações governamentais futuras, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico e sustentável do Município.

LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA

Secretário Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão

Inicialmente será apresentada uma visão geral de todas as despesas previstas e realizadas no exercício de 2017 pelo Poder Executivo, como também, a análise sobre as despesas monitoradas em relação às despesas efetivamente realizadas, a fim de demonstrar o alcance das ações governamentais para a sociedade portovelhense.

Cada Órgão será apresentado dentro do segmento em que está inserido, trazendo uma visão organizacional das despesas, objetivando apresentar, de forma simplificada, a composição do órgão e sua execução orçamentária consolidada no exercício de 2017.

Segmento Governança

- Secretaria Geral de Governo
- Superintendência Municipal de Licitação
- Departamento de Defesa Civil
- Coordenadoria Municipal de Tecnologia da Informação, Comunicação e Pesquisa

➤ Secretaria Geral de Governo - SGG

O Gabinete do Prefeito no ano de 2017 passou pela nova estrutura administrativa a qual passou a ser Secretaria Geral de Governo – SGG instituída pela Lei Complementar nº 689/2017 e suas alterações, em que compete assistir e assessorar direta e imediatamente o Prefeito nos serviços de secretaria particular; assessorar o Prefeito na Direção Superior da Administração; tomar providências e iniciativas relacionadas à agenda política e de compromissos do Prefeito; atender aos pedidos de audiência e visitas; coordenar e executar as atividades de cerimonial público; recepcionar e organizar os documentos e expedientes recebidos e expedidos pelo Prefeito; coordenar outras atividades, desempenhando missões específicas determinadas por ato próprio e exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas nos termos do regimento e especialmente na coordenação geral das ações políticas.

No exercício de 2017 a SGG realizou atividades para gerir ações de integração política e administrativa, promovendo o estreito relacionamento com Governo do Estado de Rondônia e outros municípios como também entidade entre outros, desenvolveu atividades de representações dos interesses da administração municipal dentro das recomendações do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Em 2017 a Coordenadoria Municipal de Comunicação Social, Relações Públicas e Cerimonial ficou responsável pelo desenvolvimento e a execução de ações de publicidades classificadas como institucional ou de utilidade pública, além da supervisão e controle do conteúdo de comunicação das ações de publicidade, divulgação por meio dos mais diversos veículos de comunicação dos direitos, produtos e serviços colocados à disposição dos municípios, sempre com o objetivo de informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população para os benefícios individuais ou coletivos que melhoram a sua qualidade de vida, seja ela na área urbana, rural ou ribeirinha.

Ainda através dessa coordenadoria foi possível intermediar junto as agências de publicidades contratadas os atos, ações, programas, obras, serviços, campanhas, metas e resultados dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, atendendo ao princípio da publicidade, valorização e fortalecimento das instituições públicas e de estímulo do cidadão para o debate, controle e formulação de políticas públicas para o município. O setor também ficou responsável, através da publicidade legal, por dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades que compõem a administração, com o objetivo de atender a prescrições legais.

➤ Ouvidoria Geral do Município

A Ouvidoria Geral do Município (OGM), criada em 2017, por meio do Decreto nº 14.440 de 30 de março de 2017, está vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito, deu início aos seus trabalhos efetivamente no mês de maio de 2017. Tem por finalidade ser canal de comunicação entre o cidadão e a Prefeitura, permite o alcance de diversos objetivos sociais, viabilizar o controle social da qualidade dos serviços públicos e possibilitar ao gestor a formação de diagnósticos, para a ação qualitativa na melhoria da prestação dos serviços. Assim, compreende-se ouvidoria como importante meio pelo qual o cidadão participa de forma efetiva da gestão pública, através de registros de manifestações por diversos canais de atendimentos, tais como: presencial, e-mail, telefone e formulário eletrônico.

➤ Junta de Serviço Militar

Em 2017 a Junta de Serviço Militar-018 realizou as atividades de acordo com detalhamento abaixo referente aos dados apurados no ano de 2017, e que dão uma visão panorâmica dos serviços prestados ao público, que diariamente procura este órgão de serviço militar da Prefeitura de Porto Velho para regularizar sua documentação Militar.

Lembramos que o documento Militar é imprescindível para que todo cidadão do sexo masculino possa exercer plenamente sua cidadania, usufruindo de todos os seus direitos, como por exemplo, trabalhar de carteira assinada, retirar Passaporte, ingressar em universidade pública, ser empossado em cargo público e outras situações de direitos do cidadão, conforme a Lei do Serviço Militar.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ALISTAMENTOS EM 2018						
Ano/2017 Mês	Alistamento	CDI 1ªVia	CDI 2ªVia	Transferência de Domicílio	Proc./ Outros (a)	Total de Atendimentos
Janeiro	1.162	5003	128	55	188	2.036
Fevereiro	655	258	309	22	112	1.356
Março	590	398	115	27	98	1.228
Abril	487	344	96	31	93	1.051
Maio	537	309	119	42	29	1.036
Junho	744	137	79	23	45	1.028
Julho	273	394	151	21	41	880
Agosto	161	488	144	36	52	881
Setembro	110	380	142	27	55	714
Outubro	123	358	132	19	34	666
Novembro	122	252	98	22	54	548
Dezembro	109	125	89	15	43	381
TOTAL						11.805
OBS: (a) Processos: CI; CDSA; Adiamtº Incorporação; Reabilitação; etc / Outros: Orientações diversas.						
QUADRO DEMONSTRATIVO DE ALISTAMENTOS EM ANOS ANTERIORES						
JSM / ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017
18ª JSM	7.581	6.326	5.167	5.167	5.186	5.073

➤ Departamento de Defesa Civil

Em 2017 o Departamento de Defesa Civil atendeu as famílias atingidas nas áreas Urbanas e Distritais do Município de Porto Velho.

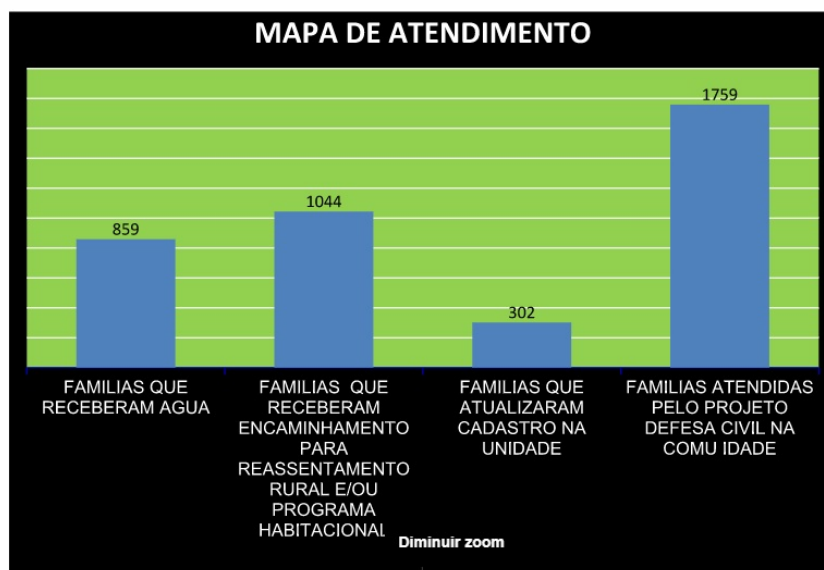


GRÁFICO 1 - MAPA DE ATENDIMENTO
FONTE: SETOR PSICOSSOCIAL/COMPDEC-2017

As atividades apresentadas no gráfico 01 foram realizadas no ano de 2017, no Município de Porto Velho e nos distritos do Alto, Médio e Baixo Madeira.

Uma vez que, Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil assume as responsabilidades de atendimento em momentos de emergência e pós-impacto, onde busca demonstrar que os desastres constituem-se como processos sociais e reflete diretamente o modelo de desenvolvimento adotado pela região, o grau de preparação da sociedade, a rapidez, a agilidade nas repostas e a forma como se estabelece a reconstrução da vida dentro do processo saudável para cada beneficiário dos serviços.

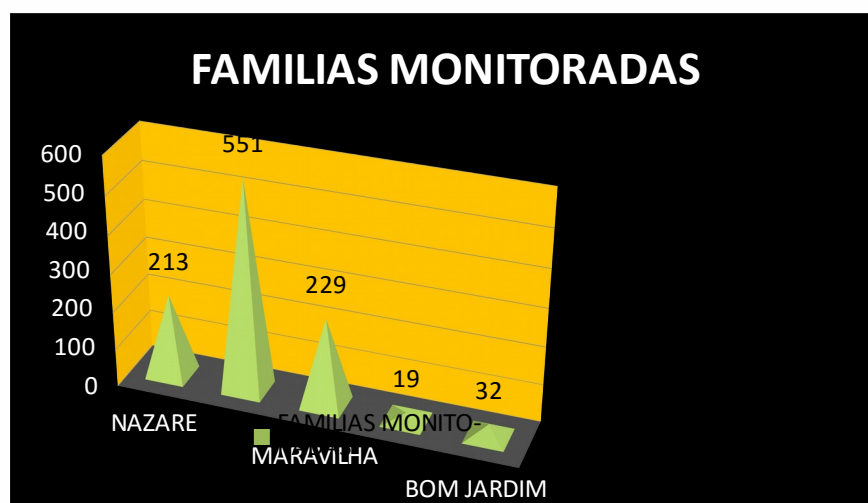


Gráfico 02 – Famílias monitoradas para reassentamento
Fonte: Setor Psicossocial/COMPDEC.2017

PROGRAMAS HABITACIONAIS E REASSENTAMENTO

A Defesa Civil, em uma ação conjunta com a Coordenação de Ações Emergenciais – COAE, da Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS, realizou visita in loco nos distritos de Nazaré (março) Calama (junho) e nas localidades de Maravilha I e II (fevereiro), Cujubim e Bom Jardim (Maio), monitorando e avaliando 1044 (Mil e quarenta e quatro) famílias, no intuito de verificar se as mesmas estavam aptas para serem reassentadas em área de Calama, Nazaré, Maravilha e Bom Jardim, áreas essas, já adquiridas pelo governo, como preconizado no Plano de Reconstrução do Estado, conforme o gráfico abaixo.

Este Departamento teve suas atividades executadas dentro dos parâmetros de praxis, idealizado pela equipe multidisciplinar do Departamento de Defesa Civil, ora Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, ligados de forma direta ao Gabinete do prefeito e hoje, a Secretaria de Governo, que visa orientar, prevenir e minimizar os danos oriundos da Emergência/Calamidade Pública, no Pós - enchente e Prevenção.

➤ Superintendência Municipal de Licitação - SML

À SML compete a organização, coordenação, modernização e operacionalização das licitações, no âmbito do Poder Executivo, mediante a formulação da política licitatória de compras, obras e serviços, a respectiva padronização, além do gerenciamento dos cadastros de fornecedores, cotações, atualizações e reequilíbrio de preços e sistema de registro de preços.

A nova Gestão assumiu com o firme objetivo de preparar os setores da Prefeitura para combater a corrupção e foi com esse espírito que a Superintendência de Licitações trabalhou nesse primeiro ano de mandato.

Regulamentou o processo de pesquisa de preços, fez novos cadastros de empresas, renomeou as equipes de pregão e, dessa forma, administrou mais de 800 procedimentos licitatórios em 2017.

Foram preparados tecnicamente os profissionais da unidade em várias oficinas de planejamento estratégico de compras.

Dentre as ações de eficiência operacional, a SML aproveitou compras de terceiros e aderiu 165 processos, sendo que em 2016 feitas apenas 48 adesões.

➤ **Coordenadoria Municipal de Tecnologia da Informação, Comunicação e Pesquisa - CMTI**

A CMTI é responsável por todos os projetos de TI, elaboração de projetos de expansão da rede de dados in-door e out-door, projetos de aquisição de servidores, microcomputadores, entre outros dispositivos computacionais, análise de projetos de outsourcing, com o objetivo de garantir a transparência por meio das soluções de TI, auxiliando todas as unidades da Prefeitura de Porto Velho.

Ao longo do ano de 2017 foram realizados diversos atendimentos neste departamento, como manutenção de impressoras, computadores, scanners, monitores, periféricos em geral. Em 2017 foram atendidos um total de 9.393 chamados em todas as Secretarias e Unidades da Prefeitura.

Atendendo aos objetivos estratégicos da unidade, ao longo do ano foram realizados diversos projetos e ações com a finalidade de dar transparência, celeridade, segurança e qualidade ao serviço público municipal. Entre eles, podemos citar:

- Implantação do Firewall e Proxy do Contrato de Links de Dados;
- Implantação do GLPI como Sistema de Atendimento de Helpdesk;
- Aquisição de servidores de dados com tecnologia de Hyperconversão;
- Aprimoramento da Transparência do Sítio Eletrônico da Prefeitura elevando a transparência da gestão de 64,85% para 91,90%;
- Criação da Comissão de Fiscalização Técnica para acompanhamento dos serviços prestados pela empresa Ajucl;
- Elaboração e Implantação do Sistema de Cadastramento Eletrônico de Chamada escolar;
- Implantação do Upa em Números no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal;
- Elaboração dos Portais Eletrônicos das Secretarias Municipais;
- Elaboração do Projeto de aquisição e implantação do Sistema E-Cidade;
- Início do Processo de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Planejamento para implantação do Sistema SEI;
- Reestruturação do Sítio/Portal Eletrônico (Homepage) da Prefeitura Municipal de Porto Velho;
- Implantação de mais de 20 Sistemas Eletrônicos em produção além de mais de 20 sistemas em processo de desenvolvimento ou em manutenção;
- Sistema de Licenciamento Ambiental;
- Implantação do Sistema do SINE;
- Fortalecimento dos Atendimentos Técnicos as Secretárias;

A Coordenadoria Municipal de Tecnologia da Informação elaborou no ano de 2017, 18 (Dezoito) termos de referência para aquisições de equipamentos e softwares e principalmente adesões de ATA de Sistema RP, em sua grande maioria atendendo a solicitação dos demandantes. Todos os termos elaborados visaram padronizar e manter um padrão de qualidade aceitável na PMPV, assegurando que as aquisições de hardware, software e serviços estejam adequadas às atividades da Prefeitura, para garantir o bom desempenho das unidades, a integração das informações e a disseminação de conhecimento, tornando a TI um fator facilitador das ações institucionais garantindo ainda confiabilidade, disponibilidade e estabilidade dos sistemas.

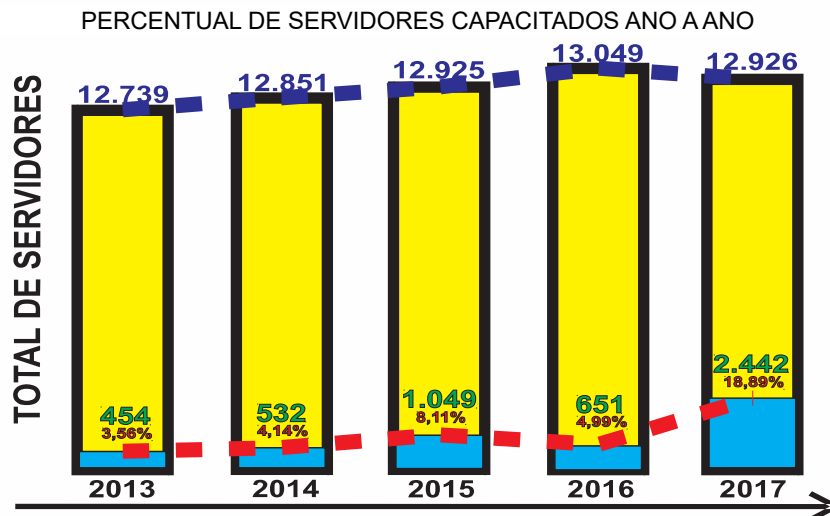
Segmento Instrumental

- | | |
|---|---|
| ➤ Secretaria de Administração | ➤ Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão |
| ➤ Controladoria Geral do Município | ➤ Procuradoria Geral do Município |
| ➤ Secretaria Municipal de Fazenda | |

➤ **Secretaria de Administração - SEMAD**

Uma das missões da Secretaria Municipal de Administração é cuidar do patrimônio público. Isso envolve os bens materiais e também a gestão de pessoas, o maior bem a serviço da comunidade.

Esse ano foi dedicado à modernização, à ética e à eficiência, por isso foram oferecidos vários cursos de capacitação para os servidores no interesse de sempre prestar serviços com qualidade e eficiência.



Gastos Relacionados à Capacitação em 2017

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

Unidade: 07.31 – Departamento de Treinamento e Capacitação

Programa: 007 - Apoio Administrativo

Empenhado: R\$ 90.990,00

Pago: R\$ 90.990,00

A Prefeitura de Porto Velho e o Tribunal de Contas do Estado firmaram acordo de cooperação técnica visando, primordialmente, o intercâmbio de informações, experiências e tecnologias, além do incentivo de ações com foco na capacitação de servidores e, conseqüentemente, na melhoria da gestão pública.

➤ **Secretaria Geral de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG**

Na prática, as ações desenvolvidas pela SEMPOG possuem como diretrizes básicas a busca pelo fortalecimento da gestão democrática e transparente; a integração das políticas públicas; o acompanhamento e monitoramento dos projetos do município; a modernização da gestão municipal; e a articulação e integração com as secretarias municipais.

Para além desses aspectos de atribuição usual da SEMPOG, acreditamos que a modernização da gestão se constitui como uma de suas principais bandeiras, justamente por reconhecer a necessidade de que o atendimento aos anseios da sociedade deve acontecer de forma eficiente. Neste sentido, avançamos com a contratação da assessoria e consultoria da ABOP – Associação Brasileira de Orçamento Público, promovendo o aprimoramento do processo de sistematização (controle/avaliação/monitoramento) dos instrumentos orçamentários.

Principais atividades realizadas pela Secretaria com a finalidade de ajustes e consecução dos objetivos da referida unidade administrativa:

• Organização administrativa:

- ✓ Buscando dar melhores condições de trabalho e adaptar os espaços físicos às alterações estabelecidas pela reforma administrativa, os espaços físicos da SEMPOG foram requalificados, promovendo-se a melhora do ambiente de trabalho, adquirindo-se novos mobiliários, equipamentos de informática;
- ✓ No afã de promover educação, inovação nas tomadas de decisões e uma cultura científica de planejamento na gestão municipal, foi criado a sala de situação, a qual tem funcionado como espaço instrumental para treinamento e formação de massa crítica e discussão de temas de relevância na tomada de decisões;
- ✓ Para otimização dos recursos patrimoniais e minimização os custos operacionais, a atual gestão da SEMPOG procedeu a cessão de oito veículos de sua frota para outras secretarias;

• Gestão Orçamentária:

- ✓ Coordenação dos trabalhos junto às Secretarias para elaboração do Plano Plurianual – PPA/2018-2021

-
- ✓ Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual para o ano de 2018, para que os gestores públicos possam implementar um planejamento orçamentário criterioso, claro e consistente;
 - ✓ Contratação de empresa visando a prestação de serviços de consultoria para desenvolvimento de metodologia e promoção do aprimoramento do processo de construção, estruturação e monitoramento dos instrumentos de planejamento orçamentário, bem como capacitação da massa crítica de gestores, assessores e técnicos;
 - ✓ Acompanhamento do orçamento, avaliação do Plano Plurianual, orientação e instrução às unidades orçamentárias na execução, controle e monitoramento dos programas e das ações programáticas;
 - ✓ Treinamento dos técnicos das diversas secretarias na metodologia de planejamento, bem como a coordenação dos trabalhos de planejamento junto às secretarias na elaboração do Plano Plurianual – PPA/2018-2021;
 - ✓ Análise da receita do município de Porto Velho no período de 2010 a 2016, visando a geração de estimativas para o orçamento 2018, bem como elaboração de cenários;

• **Documentos elaborados:**

- ✓ Cumprindo dever constitucional, foi editado o Manual Técnico de Elaboração do Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, cujo escopo é servir de guia aos gestores na elaboração das peças orçamentárias, como instrumento de planejamento e gestão estratégica na administração municipal;
- ✓ Manual de Avaliação do Plano Plurianual do Município de Porto Velho, para instruir e orientar os gestores e técnicos na avaliação dos programas contidos no referido instrumento;
- ✓ Termo de Referência de empresa especializada objetivando a prestação de serviços de consultoria para revisão do Plano Diretor do Município a fim de propiciar um instrumento moderno que torne Porto Velho mais humana, reequilibrando os espaços da cidade;
- ✓ Termo de Referência para contratação de empresa especializada visando a modernização e atualização do Sistema de Informações Geoespaciais do município de Porto Velho;
- ✓ Buscando sistematizar a coleta de dados para oportunizar aos gestores melhor tomada de decisão, foi editado o Anuário Estatístico do Município de Porto Velho – 2010/2016, onde estão contempladas diversas informações relacionadas aos setores econômico e social;
- ✓ Elaboração de Termo de Referência “Oficina sobre construção de indicadores” no período de 27 a 29 de novembro de 2017, sobre construção de indicadores com o objetivo de fortalecer a forma de elaborar indicadores socioeconômicos visando melhor compreensão e uso com foco no Relatório de Monitoramento das Metas do Plano Municipal de Educação-PME/2017, que permita melhor aferir os resultados.

• **Participação Social**

- ✓ Reuniões com diversos conselhos e comitês que compõem o Conselho da Cidade, bem como o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, visando o desenvolvimento de ações, programas e projetos estratégicos para o planejamento urbano;
- ✓ Demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais conforme previsão legal, com apresentação dos relatórios em audiências públicas junto ao Legislativo Municipal, reforçando a participação social na gestão municipal.

• **Geração de dados socioeconômicos de apoio à tomada de decisão:**

- ✓ Levantamento e estudo de legislação urbanística, para o desenvolvimento de mapas temáticos interativos a fim de permitir o acesso às informações de zoneamento e uso do solo, dentre outros temas, buscando abranger todos os eixos como mobilidade, transporte público, moradia, meio ambiente, cultura, dentre outros, com vistas a alimentar o portal da SEMPOG;
- ✓ Construção de mapas temáticos georeferenciados dos setores de saúde e educação, com a finalidade de apresentar informações da realidade existente, auxiliando a tomada de decisões;
- ✓ Pesquisa e coleta de dados objetivando a implantação do Sistema de Informações Gerenciais para consulta da municipalidade e apoio à tomada de decisão;
- ✓ Preparação de dados estatísticos para apresentação na página web da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPOG, a fim de que a população tenha acesso e conheça a realidade do município;
- ✓ Pesquisa e coleta de dados relacionados ao período 2000 a 2009, para atualização da série histórica do município, a fim de permitir realizar o cruzamento dos dados para possibilitando melhor compreensão e avaliação do desenvolvimento do município de Porto Velho;

➤ **Controladoria Geral do Município - CGM**

A CGM, no exercício de suas atividades, tem buscado realizar ações de caráter preventivo, visando a excelência na gestão e na otimização dos recursos disponíveis à Administração, de forma a cumprir os objetivos e metas previstos

no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a execução dos programas de governo e o orçamento do Município para atendimento das finalidades centralizadoras do Sistema de Controle Interno.

Dentre as funções da controladoria está a de assegurar maior transparência e efetividade em todas as ações da Prefeitura. Exemplo disso é que em 2017 novos princípios de governança sugeridos pelo Tribunal de Contas da União foram incluídos em lei municipal.

Nesse contexto, a CGM buscou intensificar os trabalhos junto aos gestores, mediante postura proativa, com intervenções preventivas sobre questões verificadas ao longo do exercício, por intermédio do acompanhamento permanente da realização dos gastos. As verificações são discutidas e tratadas, de forma tempestiva, evitando a continuidade dos problemas, com a definição compartilhada das medidas a serem adotadas, cujas recomendações visaram, em especial, a melhoria do processo de trabalho para o fortalecimento dos controles internos.

Apresentamos a seguir as principais ações cujas finalidades são orientar e acompanhar a gestão governamental, realizadas pela Controladoria Geral nos meses de janeiro a dezembro de 2017:

Elaboração de Propostas Normativas

- Proposta de regulamentação do instituto Tomada de Contas Especial, que culminou na aprovação do Decreto municipal nº 14.416, de 15 de março de 2017, que dispõe sobre o estabelecimento de definições e critérios de rotina para organização e tramitação de processos administrativos de tomada de contas especial no âmbito da administração pública municipal, publicado no D.O.M. nº 5.412, de 15/3/2017;
- Proposta de regulamentação de formulários de conferência e modelos de termos contemplados nos processos de despesa que resultou na aprovação do Decreto nº 14.543, de 23 de maio de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de controle dos atos de gestão referentes à execução orçamentária e financeira do Poder Executivo Municipal, publicado no D.O.M. nº 5.457, de 23.05.2017;
- Proposta de atualização de atribuições das unidades responsáveis pelo acesso à informação no Município, que resultou na aprovação do Decreto nº 14.565, de 23 de junho de 2017, que dispõe sobre o acesso à informação previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988, publicado no D.O.M. nº 5.478, de 23.06.2017;
- Atualização de formulários que padronizam os pedidos de acesso à informação, que resultou na Instrução Normativa nº 009/CGM/2017 de 26/07/2017, publicado no D.O.M. nº 5.506 de 02/08/2017;
- Elaboração de Proposta de alteração da Lei Complementar nº 648 de 06/01/2017, incluindo princípios de governança extraídos de referenciais do Tribunal de Contas da União;
- Elaboração de proposta normativa que dispõe sobre as normas e procedimentos do regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil, de acordo com a Lei Federal Nº 13.019, de 31 de julho de 2014, atualizada pela Lei Federal Nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, que resultou na aprovação do Decreto municipal nº 14.859 de 31 de outubro de 2017;
- Elaboração de proposta normativa regulamentando a transparência ativa no Município e os respectivos responsáveis;
- Elaboração de proposta normativa que dispõe sobre procedimentos para contratação, execução, fiscalização, controle e recebimento de obras e serviços de engenharia no âmbito do Poder Executivo do Município;
- Elaboração de proposta de alteração do Decreto nº 14.543/2017 que dispõe sobre os procedimentos de controle dos atos de gestão referentes à execução orçamentária e financeira do Poder Executivo Municipal – check lists;
- Revisão de proposta que regulamenta o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Município de Porto Velho/RO.

Transparência - Monitoramento

- Acompanhamento das Ações de Transparência junto às Secretarias Municipais, realizando visitas técnicas e encaminhando Ofícios quanto ao atendimento da Instrução Normativa nº 52/2017/TCE-RO;
- Monitoramento permanente das Ações de Transparência praticadas pelas Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública Municipal, com designação de Comissão para Adequações, acompanhamento e controle no Portal da Transparência do Município de Porto Velho, através do Decreto nº 14.687 de 15.08.2017, publicada no DOM nº 5.515 de 15.08.2017;
- Elaboração de Defesa Administrativa contra as infrações apontadas no relatório técnico da Coordenadoria de Equipe de Auditoria de Fiscalização dos Portais de Transparência, de que trata o dispositivo da Decisão Monocrática 66/2017/GCFCS-TC e Mandado de Audiência 100/2017-DP-SJP, protocolada sob o nº 11695/17 junto ao TCE/RO.

Auditorias

1. Hierarquização, priorização e publicação do Plano Anual de Auditoria de Programas de Governo, que resultou na avaliação da eficiência dos programas assistência a média e alta complexidade, alimentação escolar e transporte escolar, Portaria nº 23/CGM/2017, publicada no Diário Oficial do Município nº 5.441, de 28 de abril de 2017, retificada pela Portaria nº 024/CGM/2017, publicada no Diário Oficial do Município nº 5.448, de 10 de maio de 2017 e Portaria nº 059/CGM/2017, publicada no Diário Oficial do Município nº 5.575, de 14 de novembro de 2017;
2. Análises periódicas dos relatórios e demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas a identificar eventuais falhas contábeis e descumprimento de limites em tempo, para seu prévio saneamento, sendo 14 (quatorze) análises e emissões de pareceres de processos, relatórios e demonstrativos gerenciais relacionados às prestações de contas anuais e receitas arrecadadas no Município.
3. Planejamento operacional e execução de auditoria de avaliação da execução dos programas de governo do transporte escolar.
4. Planejamento operacional da auditoria de avaliação da execução dos programas de governo da alimentação escolar.
5. Emissão de 67 (sessenta) análise referente a abono permanência, atos de admissão de pessoal, diferença de gratificação, exoneração e outros relacionados a gestão de pessoal.
6. Emissão de 26 (vinte e seis) processos relacionados a parcerias entre o Município e organização civil.
7. 24 (vinte e quatro) análises de processos administrativos diversos e (12) inspeções de contratos celebrados no Município elaboradas pelo Departamento de Auditoria e emissão de 28 (vinte e oito) pareceres referentes a contratações realizadas no Município elaborados pelo Gabinete do Controlador Geral Adjunto;
3. As ações da Controladoria mediante as demandas externas (Órgãos de Controle e Controle Social) foram as seguintes:
 - Auditoria dos Cargos em Comissão – demanda do MP/RO;
 - Auditoria da Acumulação Inconstitucional – demanda do TCE/RO;
 - Auditoria da Gratificação de Incentivo – demanda do GAB/PREFEITO;
 - Auditoria de Ações Públicas de Caráter Social nos Distritos – demanda do TCE/RO;
 - Auditoria de Horas Extras na SEMUSA – demanda do TCE/RO;
 - Auditoria de Plantões Extras na UPA zona leste – demanda do TCE/RO;
 - Auditoria Contábil, Financeira Patrimonial e de Pessoal da EMDUR, - demanda do Conselho de Administração da EMDUR;
 - Atendimento às constantes demandas da Ouvidoria de Contas — demanda do TCE/RO;
 - Auditoria na folha de pagamento do Município em atendimento ao Decreto nº 14.373/2017 – demanda GAB/PREFEITO;
 - Auditoria Especial no Plano Assistencial Odontológico do IPAM – demanda da Presidência do IPAM.

No tocante ao aperfeiçoamento do corpo técnico, com a finalidade de melhorar a capacidade de execução de rotinas afetas às suas funções, foram treinados/capacitados 100 (cem) servidores, os quais participaram, de forma individual e personalizada de 14 (quatorze) treinamentos, abrangendo diversas áreas da Administração Pública. Também foram capacitados mais de 1000 (mil) servidores de outras secretarias em temas afetos ao Controle Interno, como por exemplo o de “Controle dos Atos de Gestão”

➤ Procuradoria Geral do Município - PGM

A Procuradoria Geral do Município de Porto Velho, órgão de direção superior de representação do Município de Porto Velho, é instituição de natureza instrumental, executiva e permanente, essencial à Justiça e à Administração Pública, dotada de autonomia funcional e administrativa, à qual cabe a representação judicial e a consultoria jurídica do Município de Porto Velho.

Cumprir mencionar, que a Procuradoria Geral do Município por intermédio do Departamento de Cálculos e Precatórios, realizou um trabalho criterioso no que concerne aos processos inscritos em precatório.

Na execução orçamentária global do exercício de 2017 referente ao Programa de Apoio Administrativo, todo o orçamento autorizado e disponibilizados para custear as Ações de Administração da Unidade, Sentenças Judiciais – Precatórios, Cumprimento de Sentenças Judiciais, Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos Sociais e Auxílio Alimentação, sendo que o maior volume dos recursos foram destinados para custear despesas com precatório e pagamento da folha de pessoal.

➤ Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ

Órgão governamental de gestão do Sistema Fazendário Municipal, a SEMFAZ tem por finalidade e competência o planejamento, coordenação, fiscalização, controle, execução e orientação das políticas tributárias, fiscais, financeiras e contábeis do Município de Porto Velho.

Instituiu-se programas de ações para a Secretaria Municipal de Fazenda, necessárias ao cumprimento das finalidades dos respectivos programas de governo, com o fito de atender a sociedade com os serviços públicos necessários a manutenção da vida em comunidade.

Vejamos os programas de governo conferidos a essa Secretaria Municipal, bem como sua dotação orçamentária para o cumprimento de suas funções institucionais previstos para, exercício 2017:

Cod.	Nome do Programa	Finalidade	Previsão/Realizado		
			2017 (PPA 2014/2017)	2017 (LOA)	2017 (Realizado/ Empenhad o)
000	ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO	Custear as despesas de dívida fundada do Município	42.463.878	37.685.192	37.631.796
007	APOIO ADMINISTRATIVO	Custear a Administração da Unidade Setorial	38.011.777	36.633.334	37.658.663
032	GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA	Desenvolvimento de políticas tributárias com vistas ao incremento da arrecadação por meio de ações de fiscalização e investimento em tecnologia	1.692.253	873.643	272.429
Total			82.167.908	75.192.169	75.562.888

Verifica-se que o valor despendido para manutenção das atividades dessa Secretaria, em uma parte significativa, tem a função de custear despesas com encargos que são do município de Porto Velho e não somente da Unidade Setorial, contido no Programa de Encargos Especiais do Município, a saber:

- a) Dívida Fundada - R\$ 17.197.643,48
- b) Contribuição PIS/PASEP - R\$ 11.111.906,57
- c) Cumprimento de Sentenças Judiciais - R\$ 9.183.338,48
- d) Indenizações e Ressarcimentos - R\$ 138.500,00
- e) Pagamento de despesas de Ex. Anteriores - R\$ 408,25

Insta registarmos que além do grande vulto a qual representa os encargos especiais, no valor total de R\$ 37.631.796,78 (trinta e sete milhões, seiscentos e trinta e um mil, sessenta e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos) sobre o orçamento dessa Secretaria, tivemos, por conseguinte, um gasto com pessoal superior a 34 milhões de reais, totalizando um valor de mais de 71 milhões de reais do orçamento desta unidade orçamentária.

As despesas supramencionadas representam quase que a totalidade da dotação orçamentária da SEMFAZ, restando acrescer as despesas com administração da Unidade Setorial.

• ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO

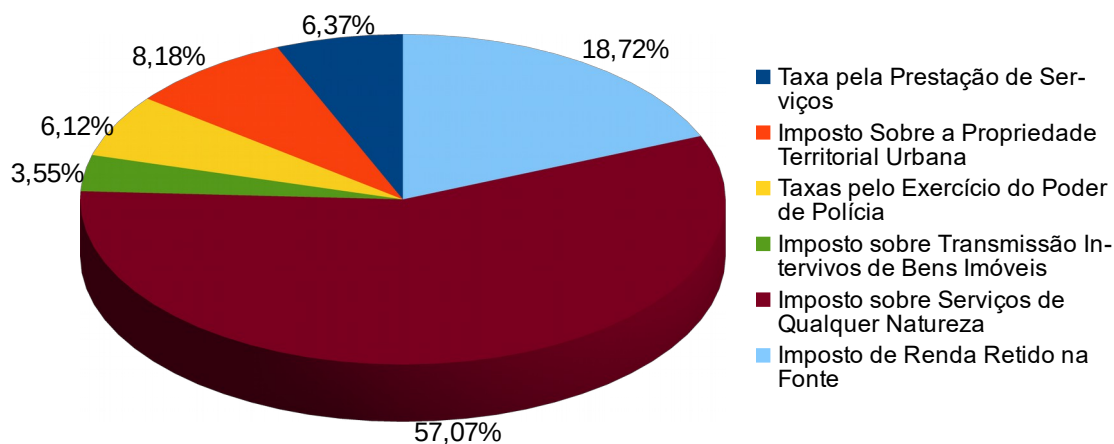
Foram custeadas as despesas de dívida fundada do Município, bem como de contribuição para o PIS/PASEP, cumprimento de sentenças judiciais, indenizações, ressarcimentos e outras despesas congêneres, tendo por resultado o adimplemento das obrigações do Município.

• APOIO ADMINISTRATIVO

O Resultado obtido com a manutenção da unidade foi a prestação do serviço público da Fazenda Municipal, que ofertou à população seus serviços, oportunizando justiça fiscal e respeito a contribuinte, bem como apoio as atividades de tributação, arrecadação e fiscalização que competem ao Fisco Municipal.

• GESTÃO DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA

O Resultado obtido com as ações do Programa de Política Tributária é o ingresso e gestão de recursos, decorrente da arrecadação de tributos municipais, que no Exercício de 2017, foi de R\$ 250.566.447,11 (duzentos e cinquenta milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e onze centavos), um crescimento de 2,91% (dois, noventa e um por cento) em relação ao Exercício 2016. Vejamos a representação da receita tributária por tributos municipais, no gráfico a seguir:



Fonte: Contabilidade Municipal

Segmento Econômico

- Secretaria Municipal de Integração
- Subsecretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
- Subsecretaria Municipal da indústria, Comércio, Turismo e Trabalho

➤ Secretaria Municipal de Integração - SEMI

➤ Subsecretaria Municipal da indústria, Comércio, Turismo e Trabalho

Criada com a finalidade de fomentar políticas de desenvolvimento sustentável, atrair novos empreendimentos, propiciar a geração de emprego e renda e incentivar o crescimento econômico, bem como promover o reconhecimento dos bens produzidos no Município e cuidar da promoção e divulgação das atrações locais.

Das ações promovidas pela subsecretaria estão:

- Apoio a empreendimentos de economia solidária, fomentando o setor produtivo, estimulando a economia local e o processo de inclusão;
- Gestão do Turismo através de reunião com Conselho Municipal de Turismo, elaboração do Plano de Desenvolvimento Turístico e do manual de atendimento ao turista para o CAT;
- Fomento ao desenvolvimento do fluxo turístico da região com iniciativas de realização de festivais como o Festival de Praia de Fortaleza do Abunã, Festival de Praia de Jaci Paraná, Festival Rotas das Águas (Balneário de Porto Velho);
- Atuação junto aos setores empresariais e comerciais, para aberturas de vagas para inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho;

• Qualificação profissional, social e certificação, lançamento de Edital de Chamamento Público / Parceria com o Instituto São Rafael na realização de cursos profissionalizantes com o fito de uma melhor mão de obra para atender as parcerias com o mercado de trabalho;

➤ **Subsecretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento**

Competindo-lhe formular, executar, avaliar e supervisionar as políticas voltadas ao desenvolvimento agropecuário, pesqueiro, florestal e agroindustrial, as ações da SEMAGRIC durante o ano de 2017 possibilitaram o atendimento direto e indireto de 68% da população rural, o que representa quase 50 mil pessoas.

Dentre os números e ações desse trabalho, destacamos os seguintes:

- transporte de 1.122 toneladas de produtos para quase 500 produtores rurais, permitindo o escoamento da produção diretamente ao consumidor, reduzindo a ação de atravessadores;
- recuperação de 2.230 quilômetros de estradas vicinais;
- distribuição de 4.170 toneladas de calcário para produtores rurais;
- 1.116 horas de gradagem, 210 hectares de destocas e 623 hectares gradeados, ações realizadas através do Programa de Mecanização Agrícola, para melhoria da produção e do meio ambiente;
- Escavação de 102 viveiros de peixes;
- distribuição de 572.102 mudas de café;
- R\$ 2.500.000,00 captados de programas e emendas para investimento na zona rural;
- Combate à comercialização de produtos não certificados e cadastrados no sistema de inspeção;

Segmento Social

➤ **Secretaria Municipal de Educação**

➤ **Secretaria Municipal de Saúde**

➤ **Secretaria Municipal de Assistência Social e Família**

➤ **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**

A Secretaria Municipal da Educação (SEMED) tem como funções o planejamento, a organização, a articulação, a coordenação, a integração, a execução e a avaliação das políticas públicas voltadas à Educação Básica no município.

São de competência da Secretaria organizar, manter e desenvolver as políticas educacionais, integrando-se às políticas e planos educacionais. A oferta e a promoção do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, assim como a implementação de políticas de erradicação do analfabetismo, por meio da Educação de Jovens e Adultos – EJA, também fazem parte de suas atribuições.

Também cabe à SEMED a proposição, análise e execução de programas e projetos na área educacional, incluindo a gestão da merenda e do transporte escolar, bem como a administração de fundos e recursos específicos da educação. O compromisso da Secretaria Municipal de Educação é melhorar cada vez mais a qualidade da educação no município em seus aspectos pedagógicos, de infraestrutura e de valorização dos profissionais.

Abaixo, relacionamos as ações e números da Secretaria em 2017:

- Proporcionar a elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do Ensino Fundamental. 5.764 alunos atendidos, tanto na zona urbana quanto na zona rural;
- mais de 6.500 alunos da zona rural que residem distantes de suas unidades escolares foram atendidos com transporte escolar;
- Ampliação a oferta de vagas para atendimento de alunos de 04 e 05 anos de idade. Foram matriculados 9.421 alunos em 2017;
- Estímulo à cultura esportiva nos estudantes, visando o aperfeiçoamento dos aspectos esportivos, recreativo e cognitivos nos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino. Por meio de micro-ações foram atendidos ao todo 18.000 crianças da Rede Municipal;
- 47.907 estudantes matriculados na rede de ensino municipal em 2017;
- Chamada escolar: Este ano o processo foi on-line e ficou mais rápido e prático;
- 5.390 alunos envolvidos no projeto “Avalia Porto Velho” que visa elevar os resultados do Ideb;
- 6000 pessoas se envolveram no Festival de Literatura da Amazônia (FLAMA);

O município conta ainda com 01 Núcleo de Apoio a Estratégia Saúde da Família, 01 Equipe de Consultório na Rua e 01 Posto de Coleta de Banco de Leite Humano. Nas unidades, o usuário pode se consultar e, com encaminhamento médico, agendar consultas especializadas, fazer pré-natal, acompanhamento de doenças crônicas, vacinar-se, retirar medicamentos com receita médica, fazer tratamento odontológico, realizar exames laboratoriais, receber orientações sobre saúde em geral, além de outros serviços.

Contextualizando, capital do estado de Rondônia, Porto Velho com população estimada de 519.436 mil habitantes (estimativa IBGE, 2017) tem um complexo de saúde diversificado com atuais 64 unidades de saúde entre Urbanas, Rurais e Fluviais. A complexidade da atuação na saúde se dá por ser a capital brasileira com maior área territorial, estendendo por pouco mais de 34.000 km² sendo maior que os estados de Sergipe e Alagoas (maior que países como a Bélgica e Israel).

Regulação, Avaliação e Controle

No ano de 2017 as Unidades de Saúde do município de Porto Velho realizaram os seguintes procedimentos por meio da Atenção Básica (Unidades Básica e de Saúde da Família) e Média e Alta Complexidade (Unidades de Pronto Atendimento e Maternidade Municipal):

GRUPO PROCEDIMENTOS	Sistema de Informações Quantidade Aprovada
Ações de promoção e prevenção a saúde da Atenção Básica	631.773
Produção de Urgência e Emergência por grupo de produções	3.230
Procedimentos com finalidade diagnóstica na Atenção Básica	201.604
Procedimentos com finalidade diagnóstica (MAC e FAEC)	1.695.321
Procedimentos clínicos na Atenção Básica	1.041.051
Procedimentos clínicos na (MAC e FAEC)	2.203.881
Procedimentos clínicos na (incentivo MAC)	27.103
Procedimentos cirúrgicos (PAB)	38.377
Procedimentos cirúrgicos (MAC)	67.041
Produção de Atenção Psicossocial Forma de Organização	4.496
Produção de Vigilância em Saúde por Grupo de Procedimento	92.136

AÇÕES REALIZADAS

Assistência Farmacêutica

Considerar a integralidade das ações em saúde, também significa considerar as ações e serviços de Assistência Farmacêutica (AF), uma vez que o medicamento tem papel indiscutível já que está inserido na maioria das intervenções em saúde. Para garantir seu acesso o SUS operacionaliza a Política Nacional de Medicamentos.

Todas as ações estão interligadas dentro de um ciclo assistencial “Ciclo da Assistência Farmacêutica” contínuo e ininterrupto propiciando como produto final a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e sua efetividade trazendo a recuperação e o bem-estar da saúde individual e coletiva.



Todas as atividades relacionadas acima, com exceção da dispensação de medicamentos ao usuário, são desenvolvidas pelo Departamento de Assistência Farmacêutica inserido dentro da estrutura organizacional da Secretaria, cujo objetivo é propiciar mecanismos necessários a execução das ações em saúde, voltadas ao uso racional de medicamentos em consonância a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

Além das 73 unidades de saúde municipais, a SEMUSA realiza o abastecimento de medicamentos ao Complexo Penitenciário; Dispensação de medicamentos aos usuários do SUS com receitas particulares dentre outros estabelecidos de responsabilidade social.

Com a extinção do programa Farmácia Popular do Brasil rede própria a assistência farmacêutica viabilizou a relocação dos profissionais que estavam a disposição do programa, com isso foi possível reestruturar 05 (cinco) unidades de farmácia: José Adelino, Ana adelaide, Hamilton Gondim, Castanheiras (antigo Manoel Amorim de Matos) e Pedacinho de Chão com o profissional farmacêutico e atendentes em todo horário de funcionamento o que viabilizou a regularidade técnica junto ao Conselho Regional de Farmácia, possibilitando a ampliação da disponibilidade da dispensação de medicamentos sujeitos a controle especial.

Dentre as ações continuadas e efetivadas na Assistência Farmacêutica, o Sistema de Controle de Estoque e Dispensação de Medicamentos - SISFARMA solicitado pela gestão de Assistência Farmacêutica e desenvolvido pelos programadores do DRTI/SEMAD para ser utilizado nas farmácias das unidades de saúde municipais com intuito de realizar o controle de estoque e dispensação de medicamentos nas mesmas, além da solicitação de medicamentos à Central de Abastecimento Farmacêutica - CAF municipal. Foi pactuado na PAS 2017 a continuidade da implantação cuja meta foi alcançada com ocorrendo gradativamente priorizando as unidades urbanas.

As unidades contempladas com o SISFARMA em funcionamento em 15 (quinze) unidades Urbanas: Serviço de Atendimento Especializado - SAE; USF Mariana; USF São Sebastião; Maternidade Municipal Mãe Esperança – MMME; Unidade Rafael Vaz e Silva; USF Ronaldo Aragão; USF Renato Medeiros; UBS Osvaldo Piana; USF Socialista; USF Caladinho; USF Hamilton Gondim; USF Aponiã; USF Nova Floresta; USF Areal da Floresta, USF Ernades Índio e 02 (duas) Unidades distritais: USF Vista Alegre; USF Jacy Paraná;

Outras ações voltadas na melhoria do atendimento da população

Visando alcançar algumas metas estabelecidas na PAS 2017, considerando os profissionais disponíveis, estrutura atual e melhorias possíveis no ano corrente. Consoante a isto, foi viabilizado as adequações na unidade Rafael Vaz e Siva com inauguração em 16 de março 2017 com atendentes e profissional farmacêutico em todo horário de funcionamento.

Saúde Mental

Foram realizadas reuniões com os profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial, com intuito de atualizar o Protocolo Municipal de Saúde Mental. Visto que houve mudanças na composição da equipe e na implementação das atividades ofertadas pelos CAPS. Nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017 os técnicos das equipes dos CAPS se reuniram juntamente com os profissionais de saúde mental do DMAC para alterações no Protocolo e elaboração do Fluxograma de Urgência e Emergência ambos no município de Porto Velho.

As ações de educação em saúde, orientações e informações por meio de palestras, passeios e rodas de conversas destinadas aos usuários dos CAPS e seus familiares foram fomentadas e planejadas com intuito de promover discussões e trocas de experiências para maior empoderamento daquela clientela. Com melhorias na qualidade do tratamento e acompanhamento dos pacientes com transtornos mentais.

Apoio diagnóstico por imagem

Conforme as ações de melhorias na rede de exames por imagem, contratou-se o serviço de Física Médica, por meio do Processo nº 08.00443/2015, Contrato Nº 007/SPS/PGM/2016, para realizar o controle de qualidade de todos os equipamentos emissores de radiação ionizante como Raios-X médico, odontológico e mamografia, bem como o levantamento radiométrico de todos os setores que ofertam o serviço de radiologia e mamografia. Este serviço proporciona tanto ao paciente quanto aos profissionais envolvidos segurança no exame e boa qualidade. Com níveis de radiação dentro do limite aceitável e não menos importante, qualifica e legaliza as unidades que ofertam o serviço de diagnóstico por imagem desta secretaria, em acordo com as normativas dos órgãos fiscalizadores.

Atividades de capacitação e sensibilização

Durante o curso de 2017 foram realizados diversos eventos de capacitação do corpo técnico da Secretaria e também atividades junto à comunidade para sensibilização e orientações para prevenção e combate a DST's, tuberculose e saúde mental.

Serviço de saúde ofertado para a população infantil

Dentre as ações que a Secretaria Municipal de Saúde executa, citaremos neste relatório, os programas de combate às carências nutricionais e cuidados integrais direcionados às mulheres, gestantes, e crianças até 5 anos de idade.

Prevenção às carências nutricionais em mulheres, gestantes e crianças:

- Programa Municipal de Suplementação de Ferro
- Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A
- Fortificação Infantil com micronutrientes em pó (NutriSus)

Cuidados integrais à mulher, gestante e criança:

- Saúde integral binômio mãe e bebê (utilização da caderneta de saúde da criança);
- Promoção ao aleitamento materno;
- Promoção da doação de leite humano;
- Promoção da alimentação saudável para crianças menores de 2 anos;

Emergência em Saúde Pública

- Estratégia Rápida de acompanhamento em saúde de crianças nascidas com diagnóstico de microcefalia.

Atualmente, a SEMUSA está implementando a Rede de Atenção à Saúde que compõe esse grupo infantil, para que a atenção básica possa amparar e cuidar de forma adequada e segura nossas crianças.

➤ Secretaria Municipal de Assistência Social e Família - SEMASF

A SEMASF, compromete-se com a fixação de objetivos, com a sintonia da política pública à política nacional e seus princípios organizativos, com o ajuste do orçamento às necessidades da população, com a focalização dos investimentos públicos, com base na análise da realidade e prioridade para os territórios onde havia maiores concentrações de riscos e vulnerabilidades sociais, centrando o foco na família e na comunidade.

Política de assistência social

Em Porto Velho a assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

- Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Abrange:

- > Central de Cadastro Único – programa Bolsa Família
- > Unidade de Benefícios Eventuais
- > Centro de Convivência do Idoso “Rosalina Gomes” – CCI
- > Programa de Atenção Integral À Família – PAIF
- > Centro de Convivência “Irmã Lorena Fanni”
- > Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência
- > Programa de Atenção à Pessoa Idosa em Domicílio
- > Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

- Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade): conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. Compreende:

- > Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)
- > AVIMT – Serviço de Atendimento às Vítimas de Maus Tratos
- > SAVS – Serviço de Atendimento às Vítimas De Abuso, Violência e Exploração Sexual
- > DSPSCAPE - Divisão do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências
- > Plantão Social
- > SAPDIF – Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias
- > SAS - Serviço Especializado em Abordagem Social
- > MSEMA – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de

Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

-
- > CREAS MULHER – Centro de Referência Especializado no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência
 - > CPPCT - Coordenação de Programa Municipal de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil

A SEMASF atendeu através de suas ações mais de 224 mil pessoas no ano de 2017.

Números em destaque:

- 71.464 famílias acompanhadas pelo Programa de Atenção Integral à Família;
- 69.441 Benefícios do Bolsa famílias;
- 23.792 Inclusões no Cadastro único;
- 21.223 Atendimentos particularizados a pessoas carentes;
- 16.710 Atendimentos
- 14.260 Visitas a domicílios
- 4.227 atendimentos no CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social;
- 1.036 Famílias receberam auxílio-moradia
- 909 benefícios eventuais de auxílio-funeral

A prefeitura também apoiou diversas entidades sem fins lucrativos, em convênios de mais de 1 milhão e 200 mil reais.

Segmento Cultural, Esporte e Lazer

➤ Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

➤ Fundação Cultural de Porto Velho

➤ Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMES

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, por sua vez, por meio do Departamento de Esporte e Lazer, órgão responsável pelo desenvolvimento do Esporte e Lazer no Município de Porto Velho e seus Distritos, proporcionaram uma vasta programação, visando o atendimento com políticas públicas, priorizando nossas crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais. A participação da nossa população em todos os aspectos foi fundamental para as atividades oferecidas, o público direto e indireto prestigiaram a contento nossas ações.

Acreditamos que os valores do esporte aliado a qualidade de vida e consequentemente o bem-estar social foram adquiridos e assimilados por meio da propagação do Esporte e Lazer.

Principais ações do departamento de esporte e lazer no exercício de 2017:

- Projeto Ruas de Lazer. Atividades desenvolvidas nos bairros, Distritos e Vilas de Porto Velho, com as seguintes atividades: Futebol, voleibol, futsal, espiribol, cama elástica, Jump, Pebolim, tênis de mesa, basquetebol, dama dominó, xadrez, pinturas e modelagens, atividades lúdicas, música, e apresentações artísticas. Ao todo, 13.581 pessoas participaram dos eventos promovidos.
- Projeto Viver Ativo: (Projeto desenvolvido em parceria com a SEMASF, com atividades de hidroginástica, orientação de atividades físicas, jogos desportivos e recreativos e atividades culturais, de Março a Dezembro. Foram disponibilizadas 02 (duas) professoras de Educação física e 01 (uma) fisioterapeuta da SEMES para suprir as necessidades do Projeto.
Polos: Centro de Convivência do Idoso – CCI, Praça CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados e Centro de Referência em Assistência Social Dona Cotinha;
- Programa Talentos do Futuro - SEMES/Parceria/Distritos: Atividades com o desenvolvimento de escolinhas de iniciação esportiva, com os professores da SEMES, Associações de bairros e distritos, com as seguintes modalidades: futsal, futebol, basquete, handebol e voleibol;
- 26º Interdistrital de Esportes 2017 (cerca de 15.000 pessoas atendidas);
- Jogos Intermunicipais de Rondônia – JIR: de 29 de Setembro a 11 de Outubro de 2017, no município de Ariquemes. Apoio as equipes que representaram o município de Porto Velho nos jogos (cerca de 300 atletas atendidos);

- Projeto Festival de Praia de Jacy Paraná – 28 de 29 de Outubro de 2017. Proporcionar momentos de lazer aos moradores daquele distrito, de Porto Velho e outros locais, com a realização de torneio de vôlei de praia, futevôlei e shows musicais;

- Natal com Chuteiras – Dia 16 de dezembro de 2017, com a entrega de chuteiras e tênis aos atletas inscritos no Programa Talentos do Futuro (atendidos 320 atletas);
Ação Social “juntos por um sonho”

➤ Fundação Cultural de Porto Velho - FUNCULTURAL

Compete à FUNCULTURAL Promover e difundir a cultura e a arte, Estimular e orientar as atividades artísticas e culturais, conservar e ampliar o patrimônio artístico e cultural, bem como promover cursos de formação especializada e extensão de nível superior no campo cultural e artístico.

Além da festa de 103 anos da cidade, muitos outros eventos foram apoiados pela fundação. Em 2017, quase 270 intervenções/realizações foram levadas a efeito somando-se as atividades próprias e diretas da PREFEITURA/FUNCULTURAL e as ações em caráter de apoio.

Também foram realizados trabalhos no sentido de revitalizar o complexo da Estrada de Ferro Madeira-mamoré e reforma do Mercado Cultural.

O projeto “Escola de Dança” foi resgatado e mais de 150 alunos entre crianças e adolescentes frequentaram, semanalmente, as atividades regulares do Ballet Municipal.

Foram realizadas 22 edições do projeto “Som Livre”, projeto musical realizado aos domingos, no Complexo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, proporcionando lazer cultural e entretenimento ao público visitante, valorizando os expoentes da diversidade musical de Porto Velho.

Cultura e culinária regional juntas. É assim que funciona o projeto “Tacacá musical”. Foram 23 edições em 2017.

Outros importantes eventos foram apoiados pela fundação como festivais de cultura nos distritos, eventos musicais, mostras de dança, entre outros.



Projetos e eventos, atividades próprias, apoios, parcerias

Segmento Urbanismo, Habitação e Ambiente

➤ Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo

➤ Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

➤ Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo - SEMUR

Com a finalidade de desempenhar as funções de articulação, planejamento, coordenação, e execução de políticas e programas para as áreas de Regularização Fundiária, Habitação e Urbanismo, garantindo o acesso à moradia digna, os trabalhos da SEMUR em 2017 foram intensos.

No que concerne a carteira de serviços oferecida pela SEMUR é importante elucidar que comparando o fluxo de busca pelos serviços no ano 2016 com o ano 2017, este teve um acréscimo de 43% conforme descreve tabela 1 – Procedimentos Cadastrados no protocolo SEMUR - o que comprova que atualmente há um grande fluxo de processos.

TABELA 2 – PROCEDIMENTOS CADASTRADOS PROTOCOLO SEMUR

PERÍODO		EVOLUÇÃO %
2016	2017	
7.092	12.409	43%
Fonte: / Sistema TPCETIL (2018)		

DEPARTAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS – DEPS

No ano de 2017 a equipe do DEPS visitou 1.298 unidades habitacionais, para monitoramento que visa, dentre outros objetivos, detectar como está a percepção dos beneficiários do PMCMV/FAR sobre seu novo habitat.

É importante destacar que além dos monitoramentos ocorreram a execução dos Trabalhos Sociais nos empreendimentos de responsabilidade da Prefeitura, assumidos como meta integrante dos Projetos Habitacionais, onde adota-se como metodologias o descrito nos normativos legais à execução do Projeto de Trabalho Social – PTS, antes/durante e após a entrega das unidades habitacionais a depender do tipo de linha programática assinada junto ao Ministério das Cidades.

Nesta perspectiva foram realizadas 26 atividades distribuídas em dois grandes eixos a saber: mobilização e organização comunitária e educação sanitária, ambiental e patrimonial, envolvendo 4.896 pessoas dentre os beneficiários diretos e familiares.

DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

Este departamento compõe a estrutura da SEMUR como um dos motivos que deram origem a criação da Secretaria, tendo como foco a demanda do cidadão de baixa renda em busca do sonho da casa própria. É válido salientar que as contratações do Programa Minha Casa, Minha Vida no município de Porto Velho possibilitaram até a presente data o acesso a 676 famílias, o que equivale dizer que mais de 2.704 pessoas passaram a residir em empreendimentos providos de infraestrutura interna, tratamento de esgoto, energia e água.

Durante o ano de 2017 foram entregues os empreendimentos: Porto Bello II e Cidade de Todos III, ou seja, um total de 512 unidades, já mencionados, contemplando o equivalente a 2048 pessoas. O Departamento de Habitação atuou em toda pré-seleção da demanda, quais sejam: Etapa 1 – publicação do edital, planejamento da pré-seleção e cadastros dos interessados; Etapa 2 – estudo de todo o material, confecção dos dossiês, encaminhamento à Caixa Econômica Federal e retorno das diligências apontadas pela mesma; Etapa 3 - Devolutiva à Caixa Econômica Federal, chamamento das famílias para resolução de diligências, assinatura do contrato, acompanhamento nas vistorias e por fim a entrega definitiva.

O departamento atuou ainda em 2017 com atendimento de demandas judiciais nas seguintes áreas: áreas de preservação permanente, áreas verdes, áreas de equipamentos comunitários e patrimônio histórico, que resultou em 1.147 visitas com levantamento socioeconômico.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS FUNDIÁRIAS – DGPF

Este departamento existe desde a criação da SEMUR e tem como competência, dentre outras, promover a gestão territorial do Município de Porto Velho, referente às políticas fundiárias urbanas. Este departamento executou 2.016 serviços de alinhamento e levantamento topográfico em 246 áreas, destas, 06 de interesse social; elaborou 1.030 peças técnicas entre memoriais descritivos e croquis, bem como, analisou 08 áreas de interesse públicos, em especial 03 destas buscava-se contrapor as vítimas da enchente, áreas estas que necessitaram de análise e acompanhamento técnico. Ainda sobre este departamento somando-se parecer/Análise emitido (loteamentos regulares, irregulares e clandestinos); alinhamento de vias e outros, foram emitidos 1.332 análises e pareceres, além de 14 análises e acompanhamento de loteamento.

DEPARTAMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – DRIS

Destaca-se que este departamento foi criado exclusivamente para pensar a regularização fundiária de interesse social, buscando atender a população de baixa renda, contudo ressalta-se que a problemática das invasões, muitas vezes não compete ao município. Neste sentido, o DRIS realizou mapeamento da situação fundiária de 63 bairros no município e dos distritos: União Bandeirantes, Nova Califórnia, Jacy Paraná, Vista Alegre e das Unidades Habitacionais do PMCMV. Assim como foram realizadas 1.273 visitas de campo para colher documentação e informações do perfil social das famílias, objetivando seu enquadramento para a Regularização Fundiária de Interesse Social compreendendo os bairros Ayrton Senna, Pedrinhas, Panair, Arigolândia, com aprovação dos seus respectivos projetos urbanísticos, devidamente registrados em cartório.

Principais números da Secretarias

- 71.391 procedimentos realizados pela SEMUR;
- 4.896 pessoas atendidas com orientação sanitária e ambiental;
- 9.765 processos analisados para entrega de moradias;
- 7.228 pessoas beneficiadas com a nova lei de endereçamento postal;
- 11.079 análises de viabilidade na RedeSim para implantação de novas empresas;
- 17.444 Cadastros fundiários atualizados;
- R\$ 282.568,29 arrecadados com laudêmio e certidões.

➤ Subsecretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Tem por objetivo preservar os ecossistemas regionais, os recursos naturais e ambientais, buscando assegurar uma melhor qualidade de vida aos munícipes de nossa cidade.

Preocupação com o meio ambiente é fundamental. E, atendendo aos objetivos da subsecretaria, foram realizadas diversas ações no decorrer do exercício, sendo as principais apresentadas abaixo:

- Manutenção e Preservação do Parque Natural e Realização de Obras de Infraestrutura: 147.000 pessoas visitaram o parque em 2017; 450 metros de pista de madeira construídas; Finalização da Obra e Instalação de móveis do Museu (Centro de Visitação Ambiental); Mais de 12.000 atendimentos nos brinquedos de arborismo;
- Lançamento do Sistema On Line de Gestão Ambiental. Redução do tempo de tramitação de processos de 120 dias para média de 45 dias; 2074 Processos Analisados; 3011 Licenças Expedidas. Otimização dos serviços e maior potencial de monitoramento e fiscalização ambiental;
- Recuperação de áreas de interesse ambiental degradadas. Foram conduzidas atividades que estimularam a população a participar no desenvolvimento de valores e atitudes para conservação e preservação do meio ambiente, sob o enfoque de uso do bem comum, essencial a qualidade de vida saudável e sua sustentabilidade:
 - > 43.000 mudas produzidas no viveiro municipal;
 - > Doação de 47.000 mudas para área urbana;
 - > Doação de 91.000 mudas para produtores rurais;
- Arborização Urbana de logradouros públicos, sendo feito o plantio de 5.000 mudas nas avenidas, parques e ruas de Porto Velho;

Segmento Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos

- Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos
- Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos
- Subsecretaria Municipal de Obras e Pavimentação
- Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte

➤ **Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Serviços Básicos – SEMISB**

- Subsecretaria Municipal de Serviços Básicos
- Subsecretaria Municipal de Obras e Pavimentação

Um dos grandes desafios da nova gestão é chegar bem perto de asfaltar toda a cidade. Alguns passos importantes aconteceram em 2017 para que esse objetivo seja atingido durante os 4 anos. Entre eles, uma emenda federal de 132 milhões de reais.

A subsecretaria de Obras e Pavimentação também está no comando de outras obras de recapeamento, drenagem, calçada, meio-fio e sarjeta.

Programas da secretaria:

- Porto Velho Limpa

Programa está voltado para os principais serviços de limpeza, retificação e revestimento de canais, visando melhorar as condições ambientais e a saúde da população.

- Programa Urbanizar

Tem a função de executar os serviços de drenagem, pavimentação, e revitalização das vias urbanas. Oferecendo segurança aos condutores de veículos, e mantendo a malha viária em boas condições de trafegabilidade, garantindo a melhoria na qualidade de vida da população.

Outras ações

- Serviços de drenagem (administração direta) tipo: escavação de vala e assentamento de Tubos de Concreto (manilha), construção e reforma de poços de visita, construção e reforma de bocas de lobo, e construção de bocas de ala no município, citamos alguns bairros: Estrada da Penal, Costa e Silva, JK, Lagoinha, São João Batista, Lagoa, Nova Porto Velho, Conceição, Setor Chacareiro, Jd Santana, Castanheira, Ayrton Senna, Teixeira, Planalto Jd Eldorado, Fortaleza, Escola de Polícia, Flodoaldo Pontes Pinto, Conj. 22 de Dezembro, Aponiã, Cohab, Tiradentes Caladinho, Nova Esperança, Mariana, Três Marias, São Cristóvão, Nova Floresta e Nacional;
- Serviços de limpeza e encascalhamento e regularização de base, nos bairros a seguir: Estrada da Penal, Aeroclube, JK, São Francisco, Igarapé, Três Marias, Tiradentes, Rosalina Carvalho, Escola de Polícia, Conceição, Jd Eldorado, Mariana, Cidade Nova, Ulisses Guimarães, Lagoinha, Flamboyant, Setor Chacareiro, Caladinho, Jd Santana, Mato Grosso, Cohab, São Sebastião, Novo Horizonte, Aponiã, Cohab Floresta, Renascer, Fortaleza, Teixeira, 22 de Dezembro, Socialista, Areia Branca, Parque Amazônia, Monte Sinai, Castanheira, Vila São Sebastião, Estrada 13 de Setembro, Flodoaldo Pontes Pinto, Cuniã, Centro, Universitário, Costa e Silva, São Cristóvão, Lagoa Azul e Tancredo Neves;
- Serviços de pavimentação asfáltica nos bairros: Centro (duplicação da rua Duque de Caxias). Aeroclube, Ayrton Senna, Aponiã, Caladinho, Castanheira, Cidade do Lobo, Cidade Nova, Cohab, Conceição, Conj. Tucuruí, Costa e Silva, Esperança da Comunidade, Igarapé, Flodoaldo Pontes Pinto, Jardim Santana, Lagoa, Lagoinha, Liberdade, Mariana Monte Sinai, N. S. da Graças, Nacional, Nova Floresta, Parque Amazonas Planalto, Santa Barbara, São Francisco, Socialista Teixeira, Três Marias Triângulo e Vila Candelária.

Serviços de pavimentação nos Distritos:

- Distrito de Nova Califórnia
- Distrito de Extrema

Números da secretaria

- 4.040.224 de metros quadrados de varrição
- 3.585.671 de metros quadrados roçados
- 3.403.307 de metros quadrados rasteados
- 71.412 de metros cúbicos de entulhos recolhidos
- R\$ 197.247,26 economizados em combustível

- 2.022 denúncias apuradas de terrenos baldios, entre outras
- 4.039 notificações lavradas e processos abertos
- 6.581 notificações revisadas

➤ Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte- SEMTRAN

A secretaria atua em várias frentes para que os pedestres e veículos possam ter ruas mais seguras.

Das atividades

- Realizar e renovar a sinalização viária horizontal e vertical com o objetivo de dar maior segurança, fluidez, mobilidade e acessibilidade urbana e trazer desenvolvimento para a cidade, bem como diminuir despesas com acidentes, logística e transporte público, e atrair investidores e indústrias;
- Implantar melhorias no traçado viário da cidade, através da criação de novos corredores de tráfego já identificados pelo órgão competente;
- Melhoria da infraestrutura da fiscalização para que atuem de forma eficiente e precisa, resultando em melhor qualidade dos serviços prestados para a população portovelhense.

Dos números da secretaria:

- 10.920 atendimentos realizados
- 23.676 Autos de infração lavrados
- 14.276 Guias de multas pagas
- 331 operações de trânsito realizadas
- 70 ruas sinalizadas
- 600 táxis e 578 moto-táxis vistoriados e regularizados
- 1.457 carteirinhas de estacionamento para idosos emitidas

Administração Indireta

- Empresa de Desenvolvimento Urbano
- Instituto de Previdência e Assistência

➤ Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR

A Empresa de Desenvolvimento Urbano criada em 1980 com a missão de promover o desenvolvimento urbano em todos os seus aspectos, iniciando com os trabalhos relacionados ao caráter social, econômico e de ordenamento do processo de ocupação urbana, avançando com o desenvolvimento das atividades relacionadas a iluminação pública e por fim às atividades relacionadas a urbanização das vias públicas.

Nesse contexto está explícito um de seus objetivos principais é o de “desenvolver a recuperação, manutenção e a implantação do sistema de iluminação pública referente ao município de Porto Velho e seus Distritos”, se tornou a preocupação primordial da atual administração, demonstrados através das atividades desenvolvidas pelos respectivos setores referentes ao ano de 2017.

Separado por zonas, distritos e locais públicos, foram realizadas manutenções, restaurações, implantação de rede baixa e novos braços metálicos, troca de lâmpadas, reatores e reler. Segue abaixo a lista das localidades atendidas por essa empresa.

Iluminação do Município de Porto Velho - 2017													
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Bairro	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução
	ZONA SUL	19	185	392	233	238	426	865	236	212	86	175	0
ZONA NORTE	37	153	358	110	329	527	446	189	211	101	133	0	2594
ZONA LESTE	140	222	452	177	255	1105	631	653	327	209	704	0	4875
DISTRITOS	0	0	0	214	0	15	0	198	390	1346	135	0	2298
ESPAÇOS PÚBLICOS	42	53	82	0	0	0	0	45	0	0	64	0	286
VIAS PRINCIPAIS	0	0	52	77	0	36	116	41	26	0	82	0	430
	Total Janeiro	Total Fevereiro	Total Março	Total Abril	Total Maio	Total Junho	Total Julho	Total Agosto	Total Setembro	Total Outubro	Total Novembro	Total Dezembro	TOTAL 2017
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução
	238	613	1336	811	822	2109	2058	1362	1166	1742	1293	0	13550

Outrossim é utilizado ainda o Sistema de Gerenciamento da Iluminação Pública (SIG-IP) e metodologias implantadas na Emdur com o fito de permitir o constante monitoramento das ações sobre a iluminação pública, possibilitando e viabilizando o exercício da fiscalização e aplicação da legislação. Além disso, dispõe de meios e metodologias para manter atualizada, de modo contínuo, a Base de Dados (Cadastro Técnico de Iluminação Pública), integrados ao atendimento telefônico e à distribuidora, utilizando seu próprio corpo técnico.

O projeto “Plano de revitalização e implantação de postes no parque da cidade” visou cumprir a missão social da EMDUR, possibilitando aos reeducandos uma melhoria de vida e o cumprimento satisfatório das medidas punitivas e de ressocialização a que foram submetidos possibilitando à EMDUR o real e eficiente aproveitamento da mão de obra fornecida pelo Convênio pretendido. No projeto foram usados 07 reeducandos, na retirada do posteamento que existia no parque da cidade, em substituição a um novo posteamento que utiliza lâmpadas de LED. Dentro dos benefícios propostos por este plano, e que foram desenvolvidas as seguintes atividades: Roço, Limpeza interna e externa, Cimentação e substituição dos posteamento, Pintura de postes e equipamentos em geral.

A gerência de obras, no exercício de 2017, na revitalização de postes no parque circuito desenvolveu cimentação, possibilitando aos reeducandos o cumprimento satisfatório das medidas de ressocialização – na qual foram retirados mais de 50 postes e houve a revitalização para que atendessem os padrões Normativos da ABNT 14744/2001. No projeto foram usados 07 reeducandos, na retirada do posteamento que existia no Parque Circuito de Porto Velho, conforme demanda necessária por esta empresa e demais secretarias da Prefeitura: Mudança de layout dos postes, e quantitativo de ampliação no parque circuito de porto velho; Reforma do edifício administrativo da Emdur; Criação do modelo padrão de uniformes destinados aos reeducandos da FUPEN.

Em colaboração com a SEMAS, a EMDUR executou ação de limpeza dos canteiros centrais e implantação de revitalização de postes pertencentes na praça marechal Rondon. Os colaboradores com o fornecimento de mão de obra da secretaria, contaram com o apoio dos reeducandos e com os agentes de limpeza do município de Porto Velho –RO.

➤ Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho - IPAM

O IPAM – Instituto de Previdência e Assistência dos servidores do município de Porto Velho/RO – foi criado pela Lei Complementar nº 01, de 23 de julho de 1990. É um órgão da administração municipal, com personalidade jurídica e de natureza autárquica, dotado de autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Ao Instituto cabe a prestação de serviços de assistência médica aos segurados e a seus dependentes. Além disso, por ser um órgão gestor de aposentadorias e pensões, o IPAM também se responsabiliza pelo pagamento de benefícios previdenciários aos aposentados da prefeitura e aos pensionistas. Por toda sua história, o IPAM atravessou períodos de dificuldade e até correu o risco de fechamento, principalmente com a aprovação da Lei de Reforma da Previdência – que reorganizou os institutos previdenciários estaduais e municipais em 1998. Atualmente, porém, o Instituto vem mostrando uma evolução (tanto administrativa quanto patrimonial e operacional) que se consolida com a autossustentação proporcionada pelos próprios servidores municipais através dos repasses mensais para o órgão, além da participação ativa da prefeitura de Porto Velho.

Hoje, o IPAM atende mais de 19 mil segurados e dependentes, mantendo convênios com os melhores hospitais, clínicas, laboratórios, médicos e óticas, além de um moderno sistema de atendimento odontológico gratuito.

1. Previdência

1.1 Baseado na Política de Investimentos do Exercício 2017, O resultado financeiro das aplicações dos referidos fundos em dezembro de 2016 com R\$ 490.132.367,60 (quatrocentos e noventa milhões, cento e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos), somado com o saldo da Conta-Corrente de R\$ 2.964.498,59 (dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e nove centavos) o patrimônio total no encerramento de 2016 foi de R\$ 493.096.866,19 (quatrocentos e noventa e três milhões, noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e seis reais e dezenove centavos). No exercício de 2017 o saldo aplicado, até o encerramento do exercício, foi de R\$ 566.628.989,94 (quinhentos e sessenta e seis milhões, seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos), e um saldo em conta-corrente de R\$ 1.252.207,56 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, duzentos e sete reais e cinquenta e seis centavos), finalizando o encerramento do exercício de 2017 com o patrimônio total de R\$ 567.886.324,23 (quinhentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte e quatro reais e vinte e três centavos).

Os resultados comparados das receitas (patronal/segurados) e dos investimentos realizados entre os anos de 2016 e 2017 resultou no crescimento do Fundo Previdenciário em 2017 de 15,17%.

1.2 COMPREV - Compensação Previdenciária

A Compensação Previdenciária do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho, tem o propósito de fazer um acerto de contas entre o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Ipam (RPPS). Por essa razão, os RPPS, de um lado, ficam responsáveis pelo pagamento integral dos benefícios de aposentadoria e, posteriormente, das pensões por morte dela decorrentes e, de outro lado, tornam-se titulares do direito de se compensar com o RGPS relativamente aos períodos de contribuição a ele vertidos. Essa compensação está prevista na Constituição Federal e regulamentada pela Lei no 9.796/1999.

Considerando o repasse do Fluxo Passivo e o Fluxo Mensal (pró-rata) mais juros e correção monetária, referente ao período de maio/2008 a dezembro/2017, foi constando como Saldo de Compensação Previdenciária um montante que perfazem R\$ 18.713.131,00 (Dezoito milhões, setecentos e treze mil cento e trinta e um reais).

1.3 Evolução do Quantitativo de Segurados: Ativos, Aposentados e Pensionistas

No exercício de 2017 não ocorreu aumentos significativos nos números de servidores ativos, aposentados e pensionistas o gráfico a seguir ilustra bem essa relação, observa-se que o número de servidores ativos, as informações previstas nos anos anteriores foram retiradas dos relatórios atuariais.

Quadro 01 - Evolução Quantitativa dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas - 2011 a 2017

Ano Pensionistas Aposentados Ativos

2011	396	680	10.113
2012	420	723	12.249
2013	473	777	12.739
2014	502	871	12.851
2015	522	983	12.739
2016	560	1.062	12.188
2017	580	1.231	11.793

Fonte: Certificado do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA:2017

1.4 Repasses das Receitas

A seguir, apresenta-se o detalhamento dos valores dos Repasses: Patronal, Servidores e Totais de Repasses de 2010/2017:

Quadro 02 – Receitas Patronal/Servidor e Resultado de Aplicações em Renda Fixa

Período	Patronal/servidor	Resultado de Aplicações Renda Fixa	Total
2010	R\$ 44.325.924,35	R\$ 14.789.713,08	R\$ 59.115.637,43
2011	R\$ 56.425.398,19	R\$ 21.776.375,30	R\$ 78.201.773,49
2012	R\$ 68.905.976,47	R\$ 46.017.285,26	R\$ 114.923.261,73
2013	R\$ 78.776.035,45	R\$ 5.819.265,88	R\$ 84.595.301,33
2014	R\$ 82.286.283,20	R\$ 14.277.620,61	R\$ 96.563.903,81
2015	R\$ 85.861.277,76	R\$ 26.992.538,55	R\$ 112.853.816,31
2016	R\$ 105.382.529,27	R\$ 49.840.670,61	R\$ 155.223.199,88
2017	R\$ 104.475.246,70	R\$ 51.085.851,10	R\$ 155.561.097,80

Tabela 01: Total dos Repasses das Receitas: Patronal /Servidores e Resultados de Aplicações Renda Fixa - 2010 a 2017- Fonte: IPAM/DEZ/2017

1.5 Análise Atuarial 2017

A avaliação Atuarial periódica de um Plano de benefícios de Regime Próprio de Previdência Social, além de ser uma exigência legal, prevista na Lei nº. 9.717/98 e Portaria MPS nº. 204/08 é essencial para a revisão dos planos de custeio e de benefícios do plano previdenciário, no sentido de manter ou atingir o equilíbrio financeiro e atuarial. Uma avaliação atuarial tem muitos objetivos que se transformam efetivamente em decisão por parte dos gestores dos Regimes Próprios de Previdência Social, visando atingir o equilíbrio financeiro e atuarial do fundo de previdência. Desta maneira, o IPAM realizou uma parceria com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL para que a mesma pudesse realizar o trabalho relativo aos cálculos atuariais do IPAM. O parecer a seguir foi produzido por profissionais atuariais da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em Brasília.

1.5.1 Distribuição da População dos Grupos I e II

a) Grupo I

Quadro: 03 - Quantitativo da População por Segmento do Grupo I

Servidores Ativos	Servidores Aposentados	Pensionistas
5.610	1.040	484

Fonte: PEMCAIXA- Previdência para Estados e Municípios - IPAM: 2017

De acordo com os dados acima constata-se que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 21,36% do grupo. Esta distribuição aponta para uma proporção de 3,68 servidores ativos para cada servidor aposentado ou dependente em gozo de benefício. Os ativos representam uma proporção de 78,64%. A composição das despesas com pessoal por segmento, relativos aos servidores ativos, aposentados e pensionistas desse grupo correspondem:

- Servidores ativos:
 - Folha mensal = R\$ 19.601.622,69
 - Remuneração média = R\$ 3.494,05
- Servidores aposentados:
 - Folha mensal = R\$ 2.909.237,19
 - Remuneração média = R\$ 2.797,34
- Pensionistas:
 - Folha mensal = R\$ 845.173,24
 - Remuneração média = R\$ 3.273,90

b) Grupo II

Quadro: 04 Quantitativo da População por Segmento do Grupo II

Servidores Ativos	Servidores Aposentados	Pensionistas
6.666	13	70

Fonte: PEMCAIXA- Previdência para Estados e Municípios - IPAM: 2017

De acordo com os dados acima constata-se que o total de aposentados e pensionistas representa uma parcela de 1,23% do grupo. Esta distribuição aponta para uma proporção de 80,31 servidores ativos para cada servidor aposentado ou dependente em gozo de benefício. Os ativos representam uma proporção de 98,77%.

A composição das despesas com pessoal por segmento, relativos aos servidores ativos, aposentados e pensionistas desse grupo correspondem:

- Servidores ativos:
 - Folha mensal = R\$ 14.857.190,42
 - Remuneração média = R\$ 2.228,80
- Servidores aposentados:
 - Folha mensal = R\$ 17.010,95
 - Remuneração média = R\$ 1.308,53
- Pensionistas:
 - Folha mensal = R\$ 66.800,88
 - Remuneração média = R\$ 2.213,81

Considerando as informações descritas anteriormente, verifica-se que a despesa atual com pagamento de benefícios previdenciários do Município de Porto Velho representa 0,56% do total de gastos com pessoal e 0,56% da folha de pagamento dos servidores ativos.

Para alinhar os pressupostos dos custos relacionados aos grupos I e II a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL preparou um plano de custeio para cada grupo.

1.5.2 Plano Financeiro e Previdenciário - Grupos I e II - Reserva Matemática

O quadro a seguir apresenta a consolidação relativa ao total do passivo das provisões matemáticas a longo prazo.

Quadro 05 - Plano Financeiro e Previdenciário Consolidação do Passivo – Provisões Matemáticas a Longo Prazo Todos os Participantes

Título	Valor (R\$)
Total do Passivo - das Provisões Matemáticas a Longo Prazo - Consolidação	(+) R\$ 590.423.016,73
• Plano Financeiro de provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 60.508.851,01
• Plano Financeiros de provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 292.964.750,63
• Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios Concedidos	R\$ 16.292.846,47
• Plano Previdenciário - Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 220.656.568,62
• Plano Previdenciário - Amortização	R\$ 0,00
• Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Financeiro	R\$ 0,00
• Provisões Atuariais para Ajustes do Plano Previdenciário	R\$ 0,00

Fonte: PEMCAIXA- Previdência para Estados e Municípios - IPAM: 2017

Quadro 06 - Plano Financeiros Provisões Matemáticas de Todos os Participantes

Título	Valor (R\$)
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo Ativo do Plano Financeiro - Consolidação do Plano Financeiro	(+) R\$ 353.473.601,64
• Plano Financeiros Provisões de Benefícios concedidos	R\$ 60.508.851,01
• Plano Financeiros Provisões de Benefícios a Conceder	R\$ 292.964.750,63

Fonte: PEMCAIXA- Previdência para Estados e Municípios - IPAM: 2017

Quadro 07- Plano Previdenciário Provisões Matemáticas de Todos os Participantes

Título	Valor (R\$)
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo Ativo do Plano Financeiro - Consolidação do Plano Previdenciário.....	(+) R\$ 236.949.415,09
• Plano Financeiros Provisões de Benefícios Concedidos.....	R\$ 16.292.846,47
• Plano Financeiros Provisões de Benefícios a Conceder.....	R\$ 220.656.568,62

Fonte: PEMCAIXA- Previdência para Estados e Municípios - IPAM: 2017

1.5.3 Plano de Custeio

a) Custo dos Benefícios Previdenciários - Grupo I

Os custos dos benefícios previdenciários a serem suportados pelo Fundo Financeiro do Grupo I

Quadro 08- Receita de Contribuição Mensal do Fundo Financeiro do Grupo I

Discriminação	Base de Cálculo	Valor da Base de Cálculo	Percentual de Contribuição	Receita
Servidores Ativos	Folha de salários	R\$ 19.601.622,69	11,00%	R\$ 2.156.178,50
Servidores aposentados	Valor que excede teto do INSS - aposentados	R\$ 550.371,14	11,00%	R\$ 60.540,83
Pensionistas	Valor que excede teto do INSS - Pensionistas	R\$ 78.914,65	11,00%	R\$ 8.680,61
Município - CN	Folha de salários	R\$ 19.601.622,69	9,00%	R\$ 1.764.146,04
Município - SC	Folha de salários	R\$ 19.601.622,69	0,00%	R\$ 0,00
Total Receita de Contribuição				R\$ 3.989.545,97
Município - Tx de Administração	Folha de salários	R\$ 19.601.622,69	2,00%	R\$ 392.032,45
Total da Receita				R\$ 4.381.578,43

Fonte: PEMCAIXA- Previdência para Estados e Municípios - IPAM: 2017

b) Custo dos Benefícios Previdenciários - Grupo II

Os custos dos benefícios previdenciários a serem suportados pelo Fundo Financeiro do Grupo II

Quadro 09- Receita de Contribuição Mensal do Fundo Financeiro do Grupo II

Discriminação	Base de Cálculo	Valor da Base de Cálculo	Percentual de Contribuição	Receita
Servidores Ativos	Folha de salários	R\$ 14.857.190,42	11,00%	R\$ 1.634.290,95
Servidores aposentados	Valor que excede teto do INSS - aposentados	R\$ 0,00	11,00%	R\$ 0,00
Pensionistas	Valor que excede teto do INSS - Pensionistas	R\$ 0,00	11,00%	R\$ 0,00
Município - CN	Folha de salários	R\$ 14.857.190,42	12,36%	R\$ 1.836.348,74
Município - SC	Folha de salários	R\$ 14.857.190,42	0,00%	R\$ 0,00
Total Receita de Contribuição				R\$ 3.470.639,68
Município - Tx de Administração	Folha de salários	R\$ 14.857.190,42	2,00%	R\$ 297.143,81
Total da Receita				R\$ 3.767.788,49

Fonte: PEMCAIXA- Previdência para Estados e Municípios - IPAM: 2017

2. Assistência à Saúde

O serviço oferecido aos servidores do Município de Porto Velho, segurados e dependentes da Assistência à Saúde do IPAM na evolução histórica se comportou não uniforme, muitas podem ter sido as variáveis as quais não há resultados que possa motivar tais números. Analisando o último ano em relação aos demais observa-se uma diminuição do quantitativo de atendimentos, uma queda de 2% nas consultas médicas. Nos exame em geral esse percentual foi de quase 8%, uma queda relativa em relação ao ano anterior. Nas internações esse percentual foi de quase 28%. Os resultados comparativos são extremamente importantes quando pensarmos na diminuição dos custos com a assistência a saúde dos servidores do IPAM, isso demonstra que as ações tomadas estão sendo refletidas nos números.

Quadro 10 – Procedimentos Realizados entre 2014 a 2017

Quadro dos procedimentos realizados por este IPAM 2014, 2015 e 2017				
Especificação	2014	2015	2016	Quantidade em 2017
Consultas	70.491	76.749	70.212	68.879
Exames	248.536	237.639	247.3632	229.401
Internações	5.388	4.913	5.381	4.219
Total	324.415	319.301	322.956	273.055

Fonte: IPAM/2017

O IPAM oferece aos seus Segurados e Dependentes, diversas Especialidades de consultas, exames e Internações como: Acupuntura, Alergologia, Buco maxilo, Cardiologia, Cardiologia Pediátrica, Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia Vascular, Cirurgia Cabeça Pescoço, Clínica Geral, Dermatologia, Estudo da Dor, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Gastroenterologia, Ginecologia, Biópsia-Histopatológico, Espirofisio-Espirometria, Cirurgia Torácica, Pneumologia, Hematologia, Infectologia, Oncologia, Neurologia, Nefrologia, Nutrição, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria, Endocrinologia, Proctologia, Psicologia, Psiquiatria, Reumatologia, Tomografia Computadorizada, Ultrassonografia, Radiologia, Urologia, Exames Patológicos, Internações Clínicas e Pós Cirúrgico, Ótica, Odontologia.

Demonstração do crescimento considerável em relação aos últimos três anos.

Quadro 11 -Tipos de Despesas de 2013 a 2017

Tipo de Despesas	Valores/2013	Valores/2014	Valores/2015	Valores/2016	Valores/2017
Administrativa	R\$ 1.191.964,29	R\$ 3.638.766,59	R\$ 2.071.238,00	2.049.735,02	2.268.078,52
Pessoal	R\$ 2.101.453,11	R\$ 2.687.423,84	R\$ 1.986.799,73	2.027.982,46	1.074.234,16
Médica e odontológica	R\$ 18.313.761,76	R\$ 29.537.040,49	R\$ 31.069.130,46	37.755.346,35	37.679.008,53
Ótica e Alto Custo	R\$ 1.877.333,43	Não Informado	Não Informado	-	-
Material de Alto Custo	Não Informado	R\$ 1.992.999,95	R\$ 1.899.044,34	R\$ 1.392.071,56	R\$ 1.007.172,12

Ótica	Não Informado	R\$ 817.223,26	R\$ 793.606,81	R\$1.067.097,49	R\$ 353.254,38
Exercício Anterior	R\$ 4.919.479,16	R\$ 5.363.689,23	R\$ 7.919.807,05	R\$ 15.154.757,46	R\$ 13.839.437,39
Total	R\$28.403.991,75	R\$ 44.037.143,36	R\$ 45.739.626,39	R\$ 59.446.990,34	57.183.566,96

Fonte: IPAM/DEZ/2017

Observa-se que durante o ano de 2017 a despesa foi de R\$ 57.183.566,96 (cinquenta e sete milhões, cento e oitenta e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e seis centavos), houve uma queda de R\$ 2.263.423,38 no total das despesas se comparado com o exercício de 2016.

O total arrecadado no exercício de 2017 foi na importância de R\$ 52.968.961,90, enquanto a despesa ficou em R\$57.183.566,96.

Quadro 12 - Comparativo da evolução do quantitativo de servidores e dependentes 2010/2017

Período	Segurado	Dependentes	Total/geral
dez/10	9.202	13.431	22.633
dez/11	10.112	14.173	24.285
dez/12	10.860	15.670	26.530
dez/13	10.579	14.872	25.451
dez/14	11.071	15.046	26.117
dez/15	11.143	15.041	26.184
dez/16	10.329	14.336	24.665
dez/17	12.354	15.148	27.502

Fonte: IPAM/DEZ/2017

Conforme ilustrado no quadro 042, percebe-se um crescimento no total de segurados e dependentes ao longo dos anos de 2010 a 2017, sendo assistidos pelo IPAM Saúde, ou seja, um plano de saúde dos Servidores públicos do Município de Porto Velho com uma estrutura que abrange vários tipos de serviços médicos e odontológico, inclusive o financiamento de óculos para os seus segurados, com um número bastante expressivo de beneficiários que em dezembro de 2017 encerrou no total de 27.502 beneficiários.

Considerações finais

Diante das informações obtidas junto aos setores responsáveis, procurou-se demonstrar a evolução das aplicações financeiras, cujos apontamentos indicam que a política de investimentos adotada pelo IPAM cumpre sua meta com eficiência, a despeito das fortes tendências inflacionárias da conjuntura econômica do Brasil. No que tange à assistência médica, a realidade brasileira aponta para poucos municípios que concedem aos seus servidores tal benefício. Porto Velho/RO está entre esses poucos.

1 - RECEITAS

1.1 - Receitas Totais

Tabela 1- Balanço Orçamentário da Receita

R\$ 1,00

Receitas	Previsão 2017 (a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre				
		2017 (b)	2016 (c)	% Realização 2017 d = (b/a)	% Diferença e = (d-100)	% Evolução 2017/2016 f = (b/c)
Receitas Correntes	1.214.273.248,00	1.211.725.554,32	1.182.105.062,34	99,79	-0,21	2,51
Receita Tributária	257.090.942,00	250.265.424,00	243.096.725,04	97,35	-2,65	2,95
Receita de Contribuições	91.840.250,00	91.131.411,30	91.631.472,01	99,23	-0,77	-0,55
Receita Patrimonial	74.161.690,00	67.096.971,53	71.256.400,75	90,47	-9,53	-5,84
Transferências Correntes	761.197.483,00	770.663.296,58	722.248.499,81	101,24	1,24	6,70
Outras Receitas Correntes	29.982.883,00	32.568.450,91	53.871.964,73	108,62	8,62	-39,54
Receitas de Capital	69.654.620,00	4.608.910,65	849.505,86	6,62	-93,38	442,54
Operações de Crédito	21.034.360,00	547.645,06	-	2,60	-97,40	-
Transferências de Capital	48.620.260,00	4.061.265,59	849.505,86	8,35	-91,65	378,07
Receitas (Intra-Orçamentárias)	91.134.280,00	81.312.571,01	81.890.013,49	89,22	-10,78	-0,71
Total	1.375.062.148,00	1.297.647.035,98	1.264.844.581,69	94,37	-5,63	2,59
Saldo Exerc. Anteriores	-	63.068.606,65	85.433.445,33	-	-	-26,18
Superávit Financeiro	-	63.068.606,65	85.433.445,33	-	-	-26,18
Total Geral	1.375.062.148,00	1.360.715.642,63	1.350.278.027,02	98,96	-1,04	0,77

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

As receitas arrecadadas até dezembro de 2017, nestas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 1.297.647.035,98 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, trinta e cinco reais e noventa e oito centavos). Com este montante, o Município encerrou o referido período com uma realização de 94,37% (noventa e quatro inteiros e trinta e sete centésimos por cento) da previsão atualizada.

1.2 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem dos recursos arrecadados pelo Município por meio de impostos, taxas e transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados nesta categoria R\$ 1.211.725.554,32 (um bilhão, duzentos e onze milhões, setecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil e trinta e dois centavos), representando uma realização de 99,79% (noventa e nove inteiros e setenta e nove centésimos por cento), das receitas correntes com previsão para o exercício.

Entre as Receitas Correntes, destacam-se as **Tributárias**, que apresentaram realização de 97,35% (noventa e sete inteiros e trinta e cinco centésimos por cento).

Tabela 2 - Receita Tributária

R\$ 100

Receitas	Previsão 2017 (a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre				
		2017 (b)	2016 (c)	% Realização 2017 d=(b/a)	% Diferença 2017 e=(d-100)	% Evolução 2017/2016 f=(b/c)
Receita Tributária	257.090.942,00	250.265.424,40	243.096.725,04	97,35	-2,65	2,95
Impostos	226.627.402,00	218.989.184,12	215.886.483,10	96,63	-3,37	1,44
IPTU	19.991.880,00	20.414.447,95	17.424.297,81	102,11	2,11	17,16
IRRF	39.371.860,00	46.901.419,29	42.101.274,48	119,12	19,12	11,40
ITBI	8.815.091,00	8.850.934,95	9.961.823,94	100,41	0,41	-11,15
ISSQN	158.448.571,00	142.822.381,93	146.399.086,87	90,14	-9,86	-2,44
Taxas	30.463.540,00	31.276.240,28	27.210.241,94	102,67	2,67	14,94
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	17.064.430,00	15.329.870,32	14.627.396,43	89,84	-10,16	4,80
Taxas Pela Prestação de Serviços	13.399.110,00	15.946.369,96	12.582.845,51	119,01	19,01	26,73

Fonte: Balanço Orçamentário; Balanço da Receita 2017 - Sistema Contábil - PMPV.

As receitas provenientes do ISSQN, imposto com maior arrecadação, atingiu o montante de R\$ 142.822.381,93 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e vinte e dois mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa e três centavos), com realização de 90,14% (noventa inteiros e dez centésimos por cento), até o 3º Quadrimestre de 2017. Destacam-se, também, o IPTU cuja arrecadação no período foi de R\$ 20.414.447,95 (vinte milhões, quatrocentos e catorze mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco centavos), com realização de 102,11% (cento e dois inteiros e onze centésimos por cento) e o IRRF cuja realização foi de 119,12% (cento e dezenove inteiros e doze centésimos por cento).

Outro item das Receitas Correntes que merece destaque são as **Transferências Correntes**, conforme tabela 3:

Receitas	Previsão 2017 (a)	Receitas Realizadas até o 3º Quadrimestre				
		2017 (b)	2016 (c) *	% Realização 2017 d=(b/a)	% Diferença 2017 e=(d-100)	% Evolução 2017/2016 f=(b/c)
Transferências Correntes	761.197.483,00	770.663.296,58	737.554.819,12	101,24	1,24	4,49
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM*	219.099.091,00	228.700.998,58	248.474.639,57	104,38	4,38	-7,96
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - entregue no mês de julho	9.058.000,00	9.620.771,21	6.420.482,43	106,21	6,21	49,84
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - entregue no mês de dezembro	7.852.420,00	9.324.855,23	9.034.419,06	118,75	18,75	3,21
Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	174.480,00	308.508,44	605.529,63	176,82	76,82	-49,05
IOC - Comercialização do Ouro	980.520,00	209.271,63	1.042.511,15	21,34	-78,66	-79,93
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	81.489.000,00	65.165.704,38	56.102.776,31	79,97	-20,03	16,15
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	78.817.080,00	61.831.180,32	53.237.309,31	78,45	-21,55	16,14
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	999.480,00	855.422,47	1.008.253,79	85,59	-14,41	-15,16
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	1.672.440,00	2.479.101,59	1.857.213,21	148,23	48,23	33,49
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	81.101.960,00	79.901.361,54	83.040.052,01	98,52	-1,48	-3,78
FNAS	907.450,00	1.349.984,86	1.319.089,42	148,77	48,77	2,34
Transferências do FNDE	17.132.790,00	11.554.785,54	11.915.142,34	67,44	-32,56	-3,02
ICMS - Desoneração LC 87/96	317.520,00	388.137,60	321.088,72	122,24	22,24	20,88
Outras Transferências da União	1.797.400,00	2.076.367,01	3.698.248,40	115,52	15,52	-43,86
Cota-Parte - ICMS	233.569.271,00	270.450.021,80	216.689.367,61	115,79	15,79	24,81
Cota-Parte - IPVA	50.350.940,00	47.371.512,96	45.437.318,46	94,08	-5,92	4,26
Cota-Parte - IPI - Exportação	1.119.371,00	1.527.768,31	1.061.976,57	136,48	36,48	43,86
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.043.910,00	1.158.463,76	833.257,29	110,97	10,97	39,03
Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	-	547.445,48	855.532,20	-	-100,00	-
Transferências do FUNDEB	160.157.830,00	158.428.497,86	153.971.766,26	98,92	-1,08	2,89
Transferências Convênios da União e de suas entidades	-	-	148.582,18	-	-100,00	-
Transferências de Convênios do Estado destinados a programas de educação	8.500.000,00	7.242.854,15	7.777.603,63	85,21	-14,79	100,00
Outras Transferências de Convênios do Estado	1.000.000,00	-	633.000,00	0,00	-100,00	-100,00
(-) Dedução para o FUNDEB	(97.544.050,00)	(105.718.387,32)	(96.224.080,45)	108,38	8,38	9,87

Fonte: Balanço da Receita - Sistema Contábil - PM PV; Balanço Orçamentário.

Tabela 3 - Transferências Correntes

As receitas de Transferências Correntes apresentaram realização de 101,24% (cento e um inteiros e vinte e quatro centésimos por cento), da previsão, totalizando o montante de R\$ 770.663.700,91 (setecentos e setenta milhões, seiscentos e sessenta e três mil, setecentos reais e noventa e um centavos).

O **Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS**, item mais significativo das Transferências Correntes, contribuiu até o 3º quadrimestre de 2017, com R\$ 270.450.021,80 (duzentos e setenta milhões, quatrocentos e cinquenta mil, vinte e um reais e oitenta centavos), atingindo 115,79% (cento e quinze inteiros e setenta e nove centésimos por cento), de índice de realização.

O **Fundo de Participação dos Municípios - FPM**, contribuiu com R\$ 228.700.998,58, (duzentos e vinte e oito milhões, setecentos mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e oito centavos), tendo seu percentual de realização atingido o patamar de 104,38% (cento e quatro inteiros e trinta e oito centésimos por cento).

As **Transferências do FUNDEB** com R\$ 158.428.902,19 (cento e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, novecentos e dois reais e dezenove centavos), e as **Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS**, com R\$ 79.901.361,54 (setenta e nove milhões, novecentos e um mil, trezentos e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), atingiram, respectivamente, 98,92% (noventa e oito inteiros e noventa e dois centésimos por cento) e 98,52% (noventa e oito inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento), da previsão.

A **Cota-parte dos Recursos Hídricos** apresentou o valor de R\$ 61.831.180,32 (sessenta e um milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e oitenta reais e trinta e dois centavos), até o 3º quadrimestre de 2017, atingindo 78,45% (setenta e oito inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento), de índice de realização.

2 - Despesas Totais

As despesas empenhadas até o 3º quadrimestre de 2017 totalizaram R\$ 1.233.369.199,20 (um bilhão, duzentos e trinta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, cento e noventa e nove reais e vinte centavos), correspondentes a 87,06% (oitenta e sete inteiros e seis centésimos por cento), da dotação atualizada. Somada a despesa empenhada decorrente de saldo de exercícios anteriores/superávit financeiro no valor de R\$ 63.068.606,65 (sessenta e três milhões, sessenta e oito mil, seiscentos e seis reais e sessenta e cinco centavos), resulta no total geral de R\$ 1.296.437.805,85 (um bilhão, duzentos e noventa seis milhões, quatrocentos e trinta e sete mil, oitocentos e cinco reais e oitenta e cinco centavos), consoante demonstrado na tabela 4:

Tabela 4 - Balanço Orçamentário da Despesa

Despesas	Dotação Atualizada 2017 (a)	Despesas Empenhadas até o 3º Quadrimestre					R\$ 1,00
		2017 (b)	2016 (c)	% Realização d=(b/a)	% Diferença 2017 e=(d-100)	% Evolução 2017/2016 f=(b/c)	
Despesas Correntes	1.216.646.941,34	1.130.942.868,18	1.099.992.517,18	92,96	-7,04	2,81	
Pessoal e Encargos Sociais	710.838.472,53	689.768.599,75	636.782.202,93	97,04	-2,96	8,32	
Juros e Encargos da Dívida	9.019.084,00	8.989.372,16	9.127.910,42	99,67	-0,33	-1,52	
Outras Despesas Correntes	496.789.384,81	432.184.896,27	454.082.403,83	87,00	-13,00	-4,82	
Despesas de Capital	121.202.942,50	31.539.541,19	39.601.176,63	26,02	-73,98	-20,36	
Investimentos	109.984.401,50	20.451.067,00	28.512.572,79	18,59	-81,41	-28,27	
Inversões Financeiras	2.715.000,00	2.612.968,36	2.776.238,56	96,24	-3,76	-5,88	
Amortização da Dívida	8.503.541,00	8.475.505,83	8.312.365,28	99,67	-0,33	1,96	
Despesas (Intra-Orçamentárias)	71.574.421,38	70.886.789,83	45.174.352,18	99,04	-0,96	56,92	
Reservas de Contingência	7.300.408,00	-	-	-	-	-	
Total	1.416.724.713,22	1.233.369.199,20	1.184.768.045,99	87,06	-12,94	4,10	
Saldo Exerc. Anteriores	-	63.068.606,65	79.572.679,15	-	-	-20,74	
Superávit Financeiro	-	63.068.606,65	79.572.679,15	-	-	-20,74	
Total Geral	1.416.724.713,22	1.296.437.805,85	1.264.340.725,14	91,51	-8,49	2,54	

Fonte: Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

2.1 - Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

No 3º quadrimestre de 2017 as despesas correntes somaram R\$ 1.130.942.868,18 (um bilhão, cento e trinta milhões, novecentos e quarenta dois mil, oitocentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos), representando uma realização de 92,96% (noventa e dois inteiros e noventa e seis centésimos por cento), do valor fixado para o exercício.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 689.768.599,75 (seiscentos e oitenta e nove milhões, setecentos e sessenta e oito, quinhentos e noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos), correspondendo a 97,04% (noventa e sete inteiros e quatro centésimos por cento), da dotação atualizada para o exercício.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas, somaram R\$ 8.989.372,16 (oito milhões, novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e dezesseis centavos), correspondendo a 99,67% (noventa e nove inteiros e sessenta e sete centésimos por cento), do estimado para o ano.

As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Município, com um total liquidado de R\$ 432.184.896,27 (quatrocentos e trinta e dois milhões, cento e oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte sete centavos), correspondente a 87,00% (oitenta e sete inteiros por cento), da dotação atualizada.

2.2 - Despesas de Capital

As Despesas de Capital atingiram o montante de R\$ 31.539.541,19 (trinta e um milhões, quinhentos e trinta e nove mil, quinhentos e quarenta e um reais e dezenove centavos), correspondendo a 26,02% (vinte e seis inteiros e dois centésimos por cento), do previsto no ano.

Esta categoria é constituída pelos grupos: Investimentos no valor de R\$ 20.451.067,00 (vinte milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil e sessenta e sete reais), Inversões Financeiras de R\$ 2.612.968,36 (dois milhões, seiscentos e doze mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e seis centavos), e Amortização da Dívida, de R\$ 8.475.505,83 (oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e cinco reais e oitenta e três centavos).

3 - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Quanto ao Resultado Orçamentário, observa-se na tabela 5, que a despesa empenhada até o 3º quadrimestre de 2017, atingiu o valor equivalente a 1.233.369.199,20 (um bilhão, duzentos e trinta e três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, cento e noventa e nove reais e vinte centavos), sem considerar o saldo de exercícios anteriores (superávit financeiro), ao tempo em que as receitas foram arrecadadas num montante de R\$ 1.297.647.035,98 (um bilhão, duzentos e noventa e sete milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, trinta e cinco reais e noventa e oito centavos). Tal fato denota a preocupação do Município de Porto Velho em manter a execução da despesa em nível compatível com a arrecadação, atenta aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto.

Tabela 5 - Comparativo das Receitas e Despesas

Especificação	Receitas			Despesas		
	Previsão 2017 (a)	Realizadas até 3º Quadrimestre/ 2017 (b)	% Realiz c = (b/a)	Dotação Atualizada/2017 (d)	Empenhadas até o 3º Quadrimestre/ 2017 (e)	% Realiz f = (e/d)
Corrente (*)	1.214.273.248,00	1.211.725.554,32	99,79	1.216.646.941,34	1.130.942.868,18	92,96
Capital	69.654.620,00	4.608.910,65	6,62	121.202.942,50	31.539.541,19	26,02
Intra-Orçamentárias	91.134.280,00	81.312.571,01	89,22	71.574.421,38	70.886.789,83	99,04
Reserva de Contingência	-	-	-	7.300.408,00	-	-
TOTAL	1.375.062.148,00	1.297.647.035,98	94,37	1.416.724.713,22	1.233.369.199,20	87,06
Saldo Exerc. Anteriores	-	63.068.606,65	-	-	63.068.606,65	-
TOTAL	1.375.062.148,00	1.360.715.642,63	98,96	1.416.724.713,22	1.296.437.805,85	91,51

(*) Com dedução para formação do FUNDEB

Fonte: Balancete da Despesa - Consolidado; Balanço Orçamentário - Relatório Resumido da Execução Orçamentária. O Superávit Financeiro no valor de R\$ 63.068.606,65 é proveniente da apuração do Balanço Patrimonial 2016, consignado no Exercício 2017.

4 - DESPESAS COM PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, atingiram no âmbito do Poder Executivo em relação a Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, 53,68% (cinquenta e três inteiros e sessenta e oito centésimos por cento), ficando, portanto, abaixo do limite máximo legal de 54,00% (cinquenta e quatro por cento). Para fins de equilíbrio da despesa com pessoal do Poder Executivo, foi elaborado o Decreto nº 15.048 de 1º de fevereiro de 2018 para adoção de medidas para a recondução das despesas com pessoal do Poder Executivo ao limite prudencial fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Legislativo atingiram 1,96% (um inteiro e noventa e seis centésimos por cento), mantendo-se até então, dentro dos limites estabelecidos pela LRF (Limite prudencial 5,70% (cinco inteiros e setenta centésimos por cento) e Limite Máximo 6,00% (seis por cento).

Tabela 6 - Despesas com Pessoal X Receita Corrente Líquida

Poder	Despesa Executada (últimos 12 meses)	% Realizado (DTP sobre a RCL) 3º Quadrimestre		Limite Prudencial	Limite Máximo
		2017*	2016		
Executivo	612.468.432,97	53,68	49,14	51,30	54,00
Legislativo	22.348.329,60	1,96	2,01	5,70	6,00
TOTAL	634.816.762,57	55,64	51,15	57,00	60,00
Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses-posição dezembro/2017:					1.141.013.872,02
Receita Corrente Líquida projetada para Exercício 2017:					1.166.751.208,00

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal - Demonstrativo Despesa com Pessoal - 3º Quadrimestre - 2017 - PMPV.

Notas Explicativas:

1 - No 3º quadrimestre de 2016, ingressaram receitas de caráter eventual (extraordinário) no montante de R\$ 50.999.924,22 (Receita Contrato Banco do Brasil - R\$ 14.000.000,00, Receita Acordo Judicial Estado (Eletrobrás) - R\$12.000.000,00, Receita Repatriação (FPM) - R\$ 19.999.939,38, Receita Repatriação (FUNDEB) - R\$ 4.999.984,84), ou seja, receitas não permanentes que, não integram de forma regular (anual) o orçamento do Município;

2 - Através do Acórdão exarado no Processo nº 2542/2015-TCER o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia revogou os efeitos do Parecer Prévio nº 56/2002 a partir do Exercício de 2017. Assim, a apuração da Receita Corrente Líquida e Despesa Total com Pessoal não poderá mais realizar a dedução do IRRF.

3 - *Decreto nº. 15.048 de 1º de fevereiro de 2018 - Dispõe sobre a adoção de medidas para a recondução das despesas com pessoal do Poder Executivo ao limite prudencial fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

5 - DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, para fins de apuração de limite mínimo constitucional, totalizaram, até o 3º quadrimestre de 2017, o montante de R\$ 211.695.827,29 (duzentos e onze milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte e nove centavos), correspondendo a 27,44% (vinte e sete inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento) da Receita de Impostos no valor de R\$ 711.597.794,45 (setecentos e onze milhões, quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos). A despesa com a remuneração do pessoal do magistério da educação básica atingiu 65,03% (sessenta e cinco inteiros e três centésimos por cento), dos recursos recebidos do FUNDEB - tabela 7.

Tabela 7 - Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Especificação	Valor Apurado até 3º Quadrimestre/ 2017	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício/ 2017	% Aplicado até 3º quadrimestre/ 2017
Total da Receita de Impostos	771.597.794,45		
Despesa - Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	211.695.827,29	25%	27,44
Receitas Recebidas do FUNDEB	159.020.230,89		
Transferências de Recursos do FUNDEB	158.428.497,86		
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	591.733,03		
Despesa - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com a Educação Infantil e Ensino Fundamental	103.412.133,49	60%	65,03

Fonte: RREO - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

6 - DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os dispêndios com ações e serviços públicos de saúde atingiram até o 3º quadrimestre de 2017, o montante de R\$ 188.503.221,35 (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e três mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos), que corresponde a 25,05% (vinte e cinco inteiros e cinco centésimos por cento), da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais no valor de R\$ 752.442.896,38 (setecentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos). Verifica-se cumprida a obrigatoriedade constitucional de aplicação do mínimo de 15,00% (quinze por cento), estabelecido no Art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – Emenda Constitucional nº 29/2000.

Tabela 8 - Despesas Próprias com Saúde

Especificação	Valor Apurado até 3º Quadrimestre/ 2017	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício/ 2017	% Aplicado até 3º quadrimestre 2017
Receitas para apuração da aplicação em ações e serviços de saúde	752.442.896,38		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	188.503.221,35	15%	25,05

Fonte: RREO - Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

7 - RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município de honrar o pagamento de sua dívida. Corresponde ao resultado líquido do total das receitas primárias do ente deduzidas suas despesas primárias. Por meio dele, demonstra-se o grau de autonomia do Município, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal), das suas despesas de capital (investimentos), e ainda, gerar poupança para atender o serviço da dívida.

O Resultado Primário do 3º Quadrimestre de 2017 resultou em R\$ 17.943.568,87 (dezessete milhões, novecentos e quarenta e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta e sete centavos).

Tabela 9 - Demonstrativo do Resultado Primário

Receitas	Realizadas até o 3º Quadrimestre		Variação % (a/b)
	2017 (a)	2016 (b)	
1 Receitas Primárias Correntes	1.227.173.656,13	1.193.979.576,74	2,78
2 Receitas Primárias de Capital	4.061.265,59	849.505,86	378,07
3 Total das Receitas Primárias (1+2)	1.231.234.921,72	1.194.829.082,60	3,05
Despesas	Empenhado até o 3º Quadrimestre		Variação % (a/b)
	2017 (a)	2016 (b)	
4 Despesas Primárias Correntes	1.192.840.285,85	1.158.781.199,62	2,94
5 Despesas Primárias de Capital	20.451.067,00	28.512.572,79	-28,27
6 Despesas Primária Total (4 + 5)	1.213.291.352,85	1.187.293.772,41	2,19
Resultado Primário (3 - 6)	17.943.568,87	7.535.310,19	138,13

Discriminação da Meta Fiscal

Meta de Resultado Primário fixada no anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício 2017: (R\$ -10.047.179,00)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Demonstrativo do Resultado Primário

8 - RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos.

Comparados o saldo do 3º quadrimestre de 2017 (31 de dezembro) com o saldo de 31/dezembro/2016, nota-se que a variação da Dívida Fiscal Líquida foi de R\$ 76.305.006,42 (setenta e seis milhões, trezentos e cinco reais, seis reais e quarenta e dois centavos).

Tabela 10 - Resultado Nominal

Especificação	R\$ 1,00	
	SALDO	
	Em 31/Dez/2016 (a)	Em 31/Dez/2017 (b)
Dívida Consolidada - DC (I)	359.672.720,54	367.962.238,03
DEDUÇÕES (II)	257.890.260,10	189.874.771,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	196.651.174,69	201.745.920,74
Demais Haveres Financeiros	66.696.430,35	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.457.344,94	11.871.149,57
Dívida Consolidada Líquida - DCL (III) = (I - II)	101.782.460,44	178.087.466,86
Receita de Privatizações (IV)	-	-
Passivos Reconhecidos (V)	-	-
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	101.782.460,44	178.087.466,86
RESULTADO NOMINAL (b-a)		76.305.006,42
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE
Meta de Resultado Nominal fixada no anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência.		31.279.209,00
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Quadrimestre 2017 - RREO		

9 – CONCLUSÃO

Os resultados fiscais demonstram uma performance de equilíbrio entre os ingressos e os dispêndios na gestão orçamentário-financeira do Município de Porto Velho até o 3º quadrimestre de 2017.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS POR SEGMENTO

No anexo apresentado nas páginas seguintes, o relatório apresenta a situação dos bens e serviços (Objetos de Execução) prestados pela prefeitura do município no exercício de 2017 por Órgão e Unidade Gestora. Ressalta-se que os bens e serviços apresentados referem-se ao desdobramento das subações orçamentárias monitoradas no PPA 2014-2017. Em 2017 foram monitoradas todas as subações finalísticas do PPA 2014-2017, ou seja, toda subação que financie diretamente bens e serviços prestados à sociedade.